

# DIÁRIO OFICIAL

# ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

Ano XIV n° 2990 de 11 de fevereiro de 2019

ÓRGÃO INFORMATIVO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 292 DE 18/04/1995 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

DISPENSA DE LICITAÇÃO (D. O. 2990 de 11/02/2019)

Chefe do Poder Executivo acolhe na íntegra o parecer da Consultoria Jurídica e ratifica a Dispensa de Licitação na forma do Art.24, da Lei 8666/93.

Empresa: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A. Processo: 0726/2019 – Fundo Municipal de Turismo. Objeto: Empenho Estimativo em favor da LIGHT.

Valor: R\$ 6.000,00

Fundamentação: Art.24, XXII, da Lei 8666/93

Empresa: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A. Processo: 0727/2019 – Fundo Municipal de Turismo. Objeto: Empenho Estimativo em favor da LIGHT.

Valor: R\$ 2.500,00

Fundamentação: Art.24, XXII, da Lei 8666/93

Empresa: MOTO PEÇAS CIDADE DAS ROSAS LTDA. Processo: 8476/2018 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Objeto: Aquisição de equipamento para atender às ações de paisagismo e corte de

árvores.

Valor: R\$ 3.264,40.

Fundamentação: Art.24, II, da Lei 8666/93

Empresa: UNISERP COMÉRCIO DE MÁQUINAS, SERV. E MANUTENÇÃO.

Processo: 8476/2018 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Objeto: Aquisição de equipamento para atender às ações de paisagismo e corte de

árvores.

Valor: R\$ 4.409,00.

Fundamentação: Art.24, II, da Lei 8666/93

Empresa: HERCÍLIA CHAVES BATISTA. Processo: 144/2019 — Secretaria de Esporte e Lazer.

Objeto: Contratação de serviço de lavanderia para atividades esportivas.

Valor: R\$ 10.200,00.

Fundamentação: Art.24, II, da Lei 8666/93

Empresa: VDA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE AÇO LTDA. Processo: 419/2019 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Objeto: Aquisição de tubos metalons para confecção de outdoor para uso da

prefeitura municipal. Valor: R\$ 13.999,20.

Fundamentação: Art.24, II, da Lei 8666/93

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Júlio Cezar Duarte de Carvalho Edson Jose Bade Rebeca Pires Tartarini Cátia Maria Concentino Juliana Karl Bernardes Cristiane Sabino de Azevedo Moraes Carla Pereira Rezende Alba Helena Tallens M. de Lima Lilia Ruffo Torres

Telefone:(24)2485-1234 - Ramal 2107 e 232

e-mail: controleinterno@patydoalferes.rj.gov.br

# **AGENDA**

Prazos estabelecidos pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, para o exercício de 2019, dentre elas, Lei Complementar, nº 101/2000 – LRF, Deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Resoluções da Controladoria Municipal.

**JANEIRO DE 2019** 

# **APRESENTAÇÃO**

# **AGENDA**

# Prazos para atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo

A Controladoria Geral do Município cumprindo sua missão constitucional, e as determinações da Lei Municipal nº 1.035/2003, dentre elas a de atuar de maneira preventiva, elaborou a AGENDA – Prazos para Atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo, visando orientar sobre os prazos que a Administração Pública deve cumprir ao longo do exercício de 2019, buscando uma integração entre os diversos setores para que a legislação seja observada de maneira correta e não incorramos em intempestividade no encaminhamento de documentos aos Órgãos de Controle.

Esta AGENDA servirá como uma ferramenta de auxílio, porém **alertamos** que alguma data, algum prazo pode não ter sido contemplado, sendo necessária **a consulta à legislação.** 

2019

Júlio Cezar Duarte de Carvalho Controlador Geral do Município PODER EXECUTIVO-PREFEITO: EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO-VICE PREFEITO: ARLINDO ROSA DE AZEVEDO-Chefe de Gabinete: CAMILA DE OLIVEIRA LISBOA-Secretário de Obras e Servicos Públicos: ALEXANDRE VEIGA LISBOA -Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico: ANA PAULA CUNHA DE OLIVEIRA-Secretário de Cultura: DENILSON DA COSTA NOGUEIRA-Secretária de Saúde: FABIANA CERQUEIRA DA SILVA ABREU -Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia: ANDRÉ DANTAS MARTINS -Secretária de Educação: EURICO PINHEIRO BERNARDES JÚNIOR-Secretária de Fazenda: MARIA CRISTINA DA ROCHA SANTOS-Secretário de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural: THIAGO VANNIER PERALTA -Secretário de Planejamento e Gestão: GILVACIR VIDAL DRAIA-Secretário de Administração, Recursos Humanos e Gestão de Pessoas: PAULA REZENDE FILGUEIRAS-Secretária de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Habitação: JEANNE MARISETE TEIXEIRA BERNARDES -Secretário de Ordem Pública e Defesa Civil: DENILSON MONSORES DA SILVA -Secretário de Esportes e Lazer: Sem titular da pasta - Consultor Jurídico: MARCELO BASBUS MOURÃO-Controladoria Geral: JÚLIO CEZAR **DUARTE DE CARVALHO** 

PODER LEGISLATIVO-Presidente: JULIANO BALBINO DE MELO-Vice Presidente: JUAREZ DE MEDEIROS PEREIRA
1º Secretário: HELIOMAR VELLOSO DO NASCIMENTO-2º
Secretário: LEONARDO GOMES COSTAVereadores: AROLDO RODRIGUES ORÉM, UBERLIE DA SILVA MACHADO, RICARDO ESTEVAM REZENDE, OROZINO ANTONIO BATISTA FILHO, ROMULO ROSA DE CARVALHO, VALMIR DOS SANTOS FERNANDES E WILSON ROSA DE SOUZA-Procurador Jurídico: IVAN TADEU MOREIRA ESTEVES JUNIOR-Diretora Administrativa: LUCIMAR PECORARO MARQUES-Diretora Financeira: SILVANA DE OLIVEIRA VIANNA-Secretária Geral: VIVIANE CESÁRIO MONTEIRO-Assessoria de Controle Interno: SILVIA PARECIDA FRAGA FAGUNDES



# EXPEDIENTE Diário Oficial do Município de Paty do Alferes

Órgão informativo criado pela Lei Municipal nº 292 de 18 de abril de 1995.

Editado, diagramado, arte-finalizado e impresso na Divisão de Divulgação e Eventos do Gabinete do Chefe do Executivo Municipal.

Rua Sebastião de Lacerda, nº 35, Centro, Paty do Alferes-RJ - CEP 26.950-000 (24)2485-1234 www.patydoalferes.rj.gov.br assessoria@patydoalferes.rj.gov.br Tiragem 110 exemplares

# AGENDA DE PRAZOS- 2019 JANEIRO - 1º mês do ano

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até 30 dias	Estabelecer Programação Financeira e	Art. 8° da LRF - Lei	
após	Cronograma de Execução Mensal de	Complementar nº 101/00	
publicação	Desembolso		
da LOA			
Até dia 10	Depto. Compras disponibilizar dados	Inc. I, § único, Art. 1°,	
	para SIGFIS	Resolução 001/2011	
		ASSECI	
Até dia 11	DILICON disponibilizar dados para	Inc. II, § único, Art. 1°,	
	SIGFIS	Resolução 001/2011	
		ASSECI	
Até dia 12	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Inc. III, § único, Art. 1°,	
		Resolução 001/2011	
		ASSECI	
Até dia 15	Demais setores disponibilizar dados	Inc. IV, § único, Art. 1°,	
	para SIGFIS	Resolução 001/2011	
		ASSECI	
15/01/2019	Encaminhar a Câmara Receita Corrente		
	Líquida do mês anterior		
30/01/2019	Data limite para publicação de todos os	§ 3°, do Art. 165, da CF/88;	
	anexos do RREO- Relatório Resumido	Art. 52 e Art. 53 da Lei	
	da Execução Orçamentária do 6º	Complementar nº 101/00 -	
	bimestre do exercício de 2018	LRF	
30/01/2019	Data limite para publicação de todos os	Art. 54 e § 2º do Art. 55 da	
	anexos do RGF – Relatório de Gestão	Lei Complementar nº	
	Fiscal, do 3º quadrimestre do exercício	101/00 – LRF	
	de <b>2018</b> .		
30/01/2019	Data limite para publicação de todos os	Art. 54 e § 2º do Art. 55 da	
	anexos do DCRGF - Demonstrativo	Lei Complementar nº	
	Consolidado do Relatório de Gestão	101/00 - LRF	
	Fiscal do 3º quadrimestre do exercício		
	de <b>2018</b> .		
30/01/2019	Data limite para Encaminhar ao TCE	Art. 3º da Deliberação nº	
	Informes mensais do SIGFIS mês de	222/2002 TCE-RJ	
	DEZEMBRO do exercício de 2018.		
30/01/2019	Data limite para inserir no SICONFI	Inciso II, Art. 6º da Portaria	
	dados do 3º Quadrimestre de 2018.	743/2015 – STN	
	1	I .	1

# **AGENDA DE PRAZOS-2019**

JANEIRO - 1º mês do ano

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
30/01/2019	Data limite para <b>Encaminhar ao TCE</b> Ato de nomeação dos integrantes das Comissões de Licitações	Art. 15, da Deliberação 167/1992 do TCE/RJ	
30/01/2019	Data limite para inserir no SICONFI:  1 - Anexos do RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária, do 6º bimestre de 2018.  2 - Anexos do RGF - Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre do exercício de 2018.  3 - Anexos do DCRGF - Demonstrativo Consolidado do Relatório de Gestão Fiscal, do 3º quadrimestre do exercício de 2018, acompanhado da publicação no D. O ou informativo onde tenha sido publicado. 4 - Declaração de Atendimento ao Art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal - Anexo 10 da Lei nº 4.320/64 5 - Declaração de Atendimento aos Limites Constitucionais de Gastos com Educação.		
30/01/2019	Data limite para entrega da declaração receitas e despesas com ações e serviços públicos de Saúde por meio do SIOPS	Art. 52 da LCnº 101/00 – LRF Portal da Saúde/SUS	
30/01/2019	Data limite para encaminhamento do SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação.	Portaria Interministerial n° 424/2016, Art 22, Inciso VIII	
30/01/2019	Data limite para encaminhamento das informações da dívida pública interna e externa.	Art. 3° da Portaria Interministerial n° 569 de 14/08/2018 – Ministério da Fazenda – Secretaria Tesouro Nacional	

# **AGENDA DE PRAZOS - 2019**

MARÇO - 3° mês do ano

FEVEREIRO - 2º mês do ano			
DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até dia 10	Depto. Compras disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até dia 09	DILICON disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até dia 09	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até dia 15	Demais setores disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até dia 15	Encaminhar a Câmara Receita Corrente Líquida do mês anterior		
Até dia 15	Abrir processo solicitando informações para o cumprimento da Deliberação 247/2008		
15/02/2019	Data limite para Encaminhar ao TCE – RJ	§ 5°, do Art. 4° da	
	Anexos do RREO – Relatório Resumido da	Deliberação nº 218/00	
	Execução Orçamentária, do6º bimestre do	do TCE/RJ.	
	exercício de 2018 acompanhado da		
	publicação no D.O ou informativo onde		
	tenha sido publicado.		
	Anexos do RGF - Relatório de Gestão		
	Fiscal do 3º quadrimestre do exercício de		
	2018, acompanhado da publicação no D.O,		
	ou informativo onde tenha sido publicado.		
	Anexos do DCRGF - Demonstrativo		
	Consolidado do Relatório de Gestão Fiscal,		
	do 3º quadrimestre do exercício de 2018,		
	acompanhado da publicação no D. O. ou		
15/02/2010	informativo onde tenha sido publicado.		
15/02/2019	Data limite para Encaminhar à Câmara		
	Anexos do RREO – Relatório Resumido da		
	Execução Orçamentária, do 6º bimestre de		
	<b>2018</b> acompanhado da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado.		
	Anexos do RGF – Relatório de Gestão		
	Fiscal do 3º quadrimestre do exercício de		
	<b>2018,</b> acompanhado da publicação no D.O.		
	ou informativo onde tenha sido publicado.		
	Anexos do DCRGF - Demonstrativo		
	Consolidado do Relatório de Gestão Fiscal.		
	do 3º quadrimestre do exercício de 2018,		
	acompanhado da publicação no D. O. ou		
	informativo onde tenha sido publicado.		
		l	

**AGENDA DE PRAZOS-2019** 

# AGENDA DE PRAZOS- 2019 FEVEREIRO - 2º mês do ano

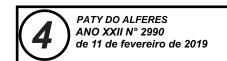
DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
28/02/2019	Data limite para Encaminhar ao TCE	Art. 3º da Deliberação nº	
	Informes mensais do SIGFIS do mês de	222/2002 TCE-RJ	
	JANEIRO		
28/02/2019	Data limite para Audiência Pública, de	Art. 9°, § 4°, da Lei	
	demonstração e avaliação do	Complementar nº 101 -	
	cumprimento das metas fiscais do 3º	LRF.	
	quadrimestre do exercício de 2018.		
28/02/2019	Data limite para Audiência Pública, de	§ 5°, e Caput do Art. 36,	
	demonstração pelo Gestor do SUS dos	da Lei Complementar nº	
	Relatórios detalhados referente ao	141/2012.	
	Quadrimestre anterior.		
28/02/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos	Portaria 896/2017	
	Contábeis	Ministério da Fazenda –	
		S.T.N. alterada pela	
		Portaria 549/2018 - STN	

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até dia 09	Depto. Compras disponibilizar dados	Resolução 001/2011	
	para SIGFIS	ASSECI	
Até dia 09	DILICON disponibilizar dados para	Resolução 001/2011	
	SIGFIS	ASSECI	
Até dia 12	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011	
		ASSECI	
Até dia 15	Demais setores disponibilizar dados	Resolução 001/2011	
	para SIGFIS	ASSECI	
Até dia 15	Encaminhar a Câmara Receita Corrente		
	Líquida do mês anterior		
29/03/2019	Data limite para inserir no SICONFI,	Portaria 743/2015 STN	
	informações dos anexos do RREO do	Art. 52 da LC 101/2000	
	1º bimestre de 2019 e da publicação no	Ouadro 4 do Manual do	
	D.O ou informativo onde tenha sido	RREO.	
	publicado.		
29/03/2019	Data limite para publicação do RREO	Art. 52, Lei Co 101/2000	
	do 1º bimestre de 2019.	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
29/03/2019	Data limite para encaminhar ao TCE	Art. 3º da Deliberação nº	
	Informes mensais do SIGFIS do mês de	222/2002 TCE-RJ	
	FEVEREIRO		
29/03/2019	Data limite para enviar ao Conselho de	Portaria GM/MS nº	
	Saúde Relatório de Gestão do exercício	2.135/2013, § 3°, Art. 6°.	
	anterior para emissão de parecer.	Lei 141/2012, Art. 36, § 1°	
29/03/2019	Data limite para entrega da declaração	Art. 52 da LCnº 101/00 -	
	receitas e despesas com ações e serviços	LRF	
	públicos de Saúde por meio do SIOPS	Portal da Saúde/SUS	
29/03/2019	Data limite para encaminhamento do	Portaria Interministerial	
	SIOPE – Sistema de Informações sobre	n° 424/2016, Art 22,	
	Orçamentos Públicos em Educação.	Inciso VIII	
29/03/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos	Portaria 896/2017	
	Contábeis	Ministério da Fazenda –	
		S.T.N. alterada pela	
		Portaria 549/2018 - STN	
30/03/2019	Prazo final para encaminhamento ao	Art. 36 Lei Complementar	
	Conselho de Saúde do Relatório de	nº 141/2012	
	Gestão – SARG SUS		

# **AGENDA DE PRAZOS - 2019**

ABRIL - 4º mês do ano

DATA	ABRIL - 4º mes do : NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até dia 10	Depto. Compras disponibilizar dados	Resolução 001/2011	Atendido
	para SIGFIS	ASSECI	
Até dia 11	DILICON disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até dia 12	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até dia 12	Encaminhar a Câmara Receita Corrente Líquida do mês anterior		
Até dia 12	Demais setores disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
15/04/2019	Data limite para Encaminhar à Câmara Municipal Projeto de Lei da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019	CF/88, Art. 165, Inciso II, § 2°- ADCT, Art. 35, § 2°, Inciso II	
15/04/2019	Data limite para encaminhar ao TCE/RJ Anexos do RREO do 1º bimestre de 2019 acompanhado da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado.	§ 5°, do Art. 2° da Deliberação nº 218/00do TCE/RJ.	
15/04/2019	Data limite para encaminhar à Câmara Anexos do RREO do 1º bimestre de 2019 acompanhado da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado.	Lei Orgânica do Município	
30/04/2019	Data limite para encaminhar ao TCE Informes mensais do SIGFIS do mês de MARCO	Art. 3º da Deliberação nº 222/2002 TCE-RJ	
30/04/2019	Data limite para inserir no SICONFI  BALANÇO ANUAL – 1º anual – Ativo, Passivo, Receitas, Despesas, Despesas por Função, Variações Ativas, Variações Passivas, Pesquisa de Identificação da Administração Indireta, DCA 2018	Portaria 743/2015 STN	
30/04/2019	Data limite para encaminhar ao Tribunal de Contas, receitas arrecadadas exercício de 2018.	Deliberação 247/2008 TCE/RJ	
30/04/2019	Data limite para encaminhamento do SIOPE Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação	Portaria 844/2008 MEC LRF – Const. Federal	
30/04/2019	Atestar competência tributária exercício 2018.	Art. 11 da Lei Comp. 101 de 04/05/2000	





	Encaminhar ao TCE - RJ Prestação de Contas Administração Financeira (Contas de Governo) de 2018.		
20/04/2010	D.4. 1''4 E'1 \ C0	I al One Suite Manialisal	

30/04/2019	Data limite para Encaminhar à Câmara Municipal Prestação de Contas da Administração Financeira (Contas de Governo) do exercício de 2018.	Art. 85, Inciso XI
30/04/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos Contábeis	Portaria 896/2017 Ministério da Fazenda – S.T.N. alterada pela Portaria 549/2018 - STN

# AGENDA DE PRAZOS - 2019 MAIO - 5° mês do ano

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até dia 10	Depto. Compras disponibilizar dados	Resolução 001/2011	
	para SIGFIS	ASSECI	
Até dia 11	DILICON disponibilizar dados para	Resolução 001/2011	
	SIGFIS	ASSECI	
Até dia 11	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011	
		ASSECI	
Até dia 15	Demais setores disponibilizar dados	Resolução 001/2011	
	para SIGFIS	ASSECI	
16/05/2019	Encaminhar a Câmara Receita Corrente		
	Líquida do mês anterior		
30/05/2019	Data limite para Encaminhar ao TCE	Art. 3º da Deliberação nº	
	Informes mensais do SIGFIS do mês de	222/2002 TCE-RJ	
	ABRIL		
30/05/2019	Data limite para inserir no SICONFI,	Portaria 743/2015 STN	
	informações dos anexos do RREO do	Art. 52 da LC 101/2000	
	2º bimestre de 2018e da publicação no	Quadro 4 do Manual do	
	D.O ou informativo onde tenha sido	RREO.	
	publicado.		
30/05/2019	Data limite para Audiência Pública, de	Art. 9°, § 4°, da Lei	
	demonstração e avaliação do	Complementar nº 101 -	
	cumprimento das metas fiscais do 1º	LRF.	
	quadrimestre do exercício de 2019.		
30/05/2019	Data limite para Audiência Pública, de	§ 5°, e Caput do Art. 36,	
	demonstração pelo Gestor do SUS dos	da Lei Complementar nº	
	Relatórios detalhados referente ao	141/2012.	
	Quadrimestre anterior.		
30/05/2019	Data limite para a Publicação de todos	Art 54 e 55 da Lei 101/00	
	os anexos do RGF - Relatório de	- LRF	
	Gestão Fiscal e do RREO do 1º		
	Quadrimestre de 2019.		
30/05/2019	Data limite para inserir no SICONFI,		
	informações dos anexos do RREO e		
	da RGF do 1º Quadrimestre de 2019 e		
	da publicação no D.O ou informativo		
	onde tenha sido publicado.		
30/05/2019	Data limite para entrega da declaração	Art. 52 da LCnº 101/00 -	
	receitas e despesas com ações e serviços	LRF	
	públicos de Saúde por meio do SIOPS	Portal da Saúde/SUS	
30/05/2019	Data limite para encaminhamento do	Portaria Interministerial	
	SIOPE – Sistema de Informações sobre	n° 424/2016, Art 22,	
	Orçamentos Públicos em Educação.	Inciso VIII	
30/05/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos	Portaria 896/2017 - S.T.N.	1
30/03/2019	Contábeis	alterada pela Portaria	
	Contaocis	549/2018 - STN	
		577/2010 - 511N	1

# **AGENDA DE PRAZOS-2019**

JUNHO - 6º mês do ano

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até o dia 07	Depto. Compras disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até o dia 11	DILICON disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até o dia 12	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até o dia 15	Demais setores disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
15/06/2019	Encaminhar a Câmara Receita Corrente Líquida do mês anterior		
15/06/2019	Encaminhar ao TCE – RJ Anexos do RREO do 2º bimestre de 2018 acompanhado da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado.	§ 5°, do Art. 2° da Deliberação nº 218/00do TCE/RJ.	
15/06/2019	Encaminhar à Câmara Anexos do RREO do 2º bimestre de 2019 acompanhado da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado.	Lei Orgânica do Município	
28/06/2019	Data limite para encaminhar ao TCE/RJ, as Prestações de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta (Prefeitura e Fundos Municipais) e dos Gestores dos Fundos, do exercício de 2018.	Deliberação 277/17 e Anexo da Portaria nº04 - SGE – 19/12/2018.	
29/06/2019	Data limite para <b>Encaminhar ao TCE</b> Informes mensais do SIGFIS do mês de <b>MAIO</b>	Art. 3º da Deliberação nº 222/2002 TCE-RJ	
29/06/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos Contábeis	Portaria 896/2017 Ministério da Fazenda – S.T.N. alterada pela Portaria 549/2018 - STN	

# **AGENDA DE PRAZOS-2019**

JULHO - 7° mês do ano

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até o dia 10	Depto. Compras disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até o dia 11	DILICON disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até o dia 12	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até o dia 13	Demais setores disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
12/07/2019	Data limite para encaminhar à Câmara Receita Corrente Líquida do mês anterior		
30/07/2019	Data limite para encaminhamento à Câmara dos estudos e estimativas das RECEITAS para o exercício de 2019, inclusive Receita Corrente Líquida e Memórias de cálculo.	§ 3°, do Art. 12, da Lei Complementar 101/00 – LRF.	
30/07/2019	Data limite para publicação de todos os anexos do RREO- Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 3º bimestre do exercício de 2019.	§ 3°, do Art. 165, da CF/88;Art. 52 e Art. 53 da Lei Complementar n° 101/00 – LRF	
30/07/2019	Data limite para <b>Encaminhar ao TCE</b> Informes mensais do SIGFIS do mês de <b>JUNHO</b>	Art. 3º da Deliberação nº 222/2002 TCE-RJ	
30/07/2019	Data limite para inserir no SICONFI, informações dos anexos do RREO do 3º bimestre de 2019 e da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado.	Portaria 743/2015 STN Art. 52 da LC 101/2000 Quadro 4 do Manual do RREO.	
30/07/2019	Data limite para entrega da declaração receitas e despesas com ações e serviços públicos de Saúde por meio do SIOPS	Art. 52 da LCnº 101/00 – LRF Portal da Saúde/SUS	
30/07/2019	Data limite para encaminhamento do SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação.	Portaria Interministerial n° 424/2016, Art 22, Inciso VIII	
30/07/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos Contábeis	Portaria 896/2017 Ministério da Fazenda – S.T.N. alterada pela Portaria 549/2018 - STN	

# **AGENDA DE PRAZOS-2019**

AGOSTO - 8º mês do ano

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
At é o dia 09	Depto. Compras disponibilizar dados para	Resolução 001/2011	
	SIGFIS	ASSECI	
Até o dia 09	DILICON disponibilizar dados para	Resolução 001/2011	
	SIGFIS	ASSECI	
Até o dia 09	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011	
		ASSECI	
Até o dia 15	Demais setores disponibilizar dados para	Resolução 001/2011	
	SIGFIS	ASSECI	
15/08/2019	Encaminhar a Câmara Receita Corrente		
	Líquida do mês anterior		
15/08/2019	Data limite para encaminhar ao TCE RJ	§ 5°, do Art. 4° da	
	Anexos do RREO do 3º bimestre de	Deliberação nº 218/00	
	2019 acompanhado da publicação no D.O	do TCE/RJ.	
	ou informativo onde tenha sido publicado.		
15/08/2019	Data limite para encaminhar à Câmara		
	Anexos do RREO do 3º bimestre de		
	2019 acompanhado da publicação no D.O		
	ou informativo onde tenha sido publicado.		
30/08/2019	Data limite para encaminhar ao TCE	Art. 3º da Deliberação	
	Informes mensais do SIGFIS do mês de	nº 222/2002 TCE-RJ	
	JULHO		
30/08/2019	Data limite para Encaminhar à Câmara	CF/88, Art. 165, Inciso	
	Municipal Projeto de Lei Orçamentária	III, § 5°	
	para o exercício de 2020.	ADCT, Art. 35, § 2°,	
		Inciso III	
30/08/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos Contábeis	Portaria 896/2017	
		Ministério da Fazenda -	
		S.T.N. alterada pela	
		Portaria 549/2018 -	
		STN	

# **AGENDA DE PRAZOS-2019**

OUTUBRO - 10° mês do ano

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até o dia 10	Depto. Compras disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até o dia 11	DILICON disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até o dia 11	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até o dia 11	Demais setores disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
17/10/2019	Encaminhar a Câmara Receita Corrente Líquida do mês anterior		
11/10/2019	Encaminhar ao TCE – RJ Anexos do RREO do 4º bimestre e RGF 2º quadrimestre de 2019 acompanhado da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado.	§ 5°, do Art. 4° da Deliberação n° 218/00, do TCE/RJ.	
11/10/2019	Encaminhar à Câmara  Anexos do RREO do 4º bimestre de 2019 acompanhado da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado.		
30/10/2019	Data limite para <b>Encaminhar ao TCE</b> Informes mensais do SIGFIS do mês de <b>SETEMBRO.</b>	Art. 3º da Deliberação nº 222/2002 TCE-RJ	
30/10/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos Contábeis	Portaria 896/2017 Ministério da Fazenda – S.T.N. alterada pela Portaria 549/2018 - STN	

# **AGENDA DE PRAZOS- 2019**

SETEMBRO - 9º mês do ano

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até dia 10	Depto. Compras disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até dia 11	DILICON disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até dia 12	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
Até dia 14	Demais setores disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011 ASSECI	
13/09/2019	Encaminhar a Câmara Receita Corrente Líquida do mês anterior		
30/09/2019	Data limite para realização da Audiência Pública para demonstração e avaliação do cumprimento de metas, do 2º Quadrimestre do exercício de 2019, na Casa Legislativa do Município.	§ 4°, do Art. 9°, da Lei Complementar 101/00 – LRF.	
30/09/2019	Data limite para Audiência Pública, de demonstração pelo Gestor do SUS dos Relatórios detalhados referente ao Quadrimestre anterior.	§ 5°, e Caput do Art. 36, da Lei Complementar n° 141/2012.	
30/09/2019	Data limite para publicação de todos os anexos do RREO- Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º bimestre do exercício de 2019.	§ 3°, do Art. 165, da CF/88; Art. 52 e Art. 53 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF	
30/09/2019	Data limite para encaminhar ao TCE Informes mensais do SIGFIS do mês de AGOSTO	Art. 3º da Deliberação nº 222/2002 TCE-RJ	
30/09/2019	Data limite para inserir no SICONFI, informações dos anexos do RREO do 4º bimestre de 2019 e da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado.	Portaria 743/2015 STN Art. 52 da LC 101/2000 Quadro 4 do Manual do RREO.	
30/09/2019	Data limite para a Publicação de todos os anexos do RGF – Relatório de Gestão Fiscal do 2° Quadrimestre de 2019.	Art 54 e 55 da Lei 101/00 - LRF	
30/09/2019	Data limite para entrega da declaração receitas e despesas com ações e serviços públicos de Saúde por meio do SIOPS.	Art. 52 da LCnº 101/00 – LRF Portal da Saúde/SUS	
30/09/2019	Data limite para encaminhamento do SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação.	Portaria Interministerial n° 424/2016, Art 22, Inciso VIII	
30/09/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos Contábeis	Portaria 896/2017 S.T.N. alterada pela Portaria 549/2018 - STN	

# **AGENDA DE PRAZOS-2019**

NOVEMBRO - 11° mês do ano

DATA	NATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
Até o dia 08	Depto. Compras disponibilizar dados	Resolução 001/2011	Attoriated
1110 0 414 00	para SIGFIS	ASSECI	
Até o dia 08	DILICON disponibilizar dados para	Resolução 001/2011	
	SIGFIS	ASSECI	
Até o dia 12	DAF disponibilizar dados para SIGFIS	Resolução 001/2011	
		ASSECI	
Até o dia 14	Demais setores disponibilizar dados para	Resolução 001/2011	
	SIGFIS	ASSECI	
14/11/2019	Encaminhar a Câmara Receita Corrente		
	Líquida do mês anterior		
29/11/2019	Data limite para publicação de todos os	§ 3°, do Art. 165, da	
	anexos do RREO- Relatório Resumido	CF/88; Art. 52 e Art. 53	
	da Execução Orçamentária do 5º	da Lei Complementar nº	
	bimestre do exercício de 2019.	101/00 – LRF	
29/11/2019	Data limite para encaminhar ao TCE	Art. 3º da Deliberação nº	
	Informes mensais do SIGFIS do mês de	222/2002 TCE-RJ	
	OUTUBRO		
29/11/2019	Data limite para inserir no SICONFI,	Portaria 743/2015 STN	
	informações dos anexos do RREO do	Art. 52 da LC 101/2000	
	5º bimestre de 2019 e da publicação no	Quadro 4 do Manual do	
	D.O ou informativo onde tenha sido	RREO.	
	publicado.		
29/11/2019	Data limite para entrega da declaração	Art. 52 da LC nº 101/00	
	receitas e despesas com ações e serviços	- LRF	
	públicos de Saúde por meio do SIOPS	Portal da Saúde/SUS	
29/11/2019	Data limite para encaminhamento do	Portaria Interministerial	
	SIOPE – Sistema de Informações sobre	n° 424/2016, Art 22,	
	Orçamentos Públicos em Educação.	Inciso VIII	
29/11/2019	Encaminhar a Matriz de Saldos	Portaria 896/2017	
	Contábeis	Ministério da Fazenda -	
		S.T.N. alterada pela	
		Portaria 549/2018 - STN	

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

# AGENDA DE PRAZOS- 2019 DEZEMBRO - 12º mês do ano

### LEGALIDADE DATA NATUREZA DA OBRIGAÇÃO Atendido 001/2011 Até o dia 10 Depto. Compras disponibilizar dados para Resolução SIGFIS ASSECI Até o dia 11 DILICON disponibilizar dados para 001/2011 Resolução SIGFIS ASSECI Até o dia 12 DAF disponibilizar dados para SIGFIS 001/2011 Resolução ASSECI 001/2011 Até o dia 13 Demais setores disponibilizar dados para Resolução SIGFIS ASSECI 13/12/2019 Encaminhar a Câmara Receita Corrente Líquida do mês anterior 13/12/2019 5°, do Art. 4° da Data limite para encaminhar ao TCERJ Anexos do RREO do 5º bimestre de Deliberação nº 218/00 2019 acompanhado da publicação no D.O do TCE/RJ. ou informativo onde tenha sido publicado. 13/12/2019 Data limite para encaminhar à Câmara Anexos do RREO do 5º bimestre de 2019 acompanhado da publicação no D.O ou informativo onde tenha sido publicado. 27/12/2019 Art 3º da Deliberação Data limite para encaminhar ao TCE nº 222/2002 TCE-RJ Informes mensais do SIGFIS do mês de NOVEMBRO. 27/12/2019 Encaminhar a Matriz de Saldos Contábeis Portaria 896/2017 Ministério da Fazenda S.T.N. alterada pela Portaria 549/2018 -

STN

# AGENDA DE PRAZOS-2019 DEMAIS OBRIGAÇÕES

DATA NATUREZA DA ORRIGAÇÃO LEGALIDADE Atomit			
	IATUREZA DA OBRIGAÇÃO	LEGALIDADE	Atendido
	Data limite para encaminhar ao	Inciso I, do Art. 4°, da	
	CCE	Deliberação 265/2016,	
	Cópia do Plano Plurianual e Leis	do TCE/RJ	
	aditivas se for o caso, na forma do		
	1°, do Art. 167 da CF/88		
	Data limite para encaminhar ao	Inciso II, do Ar. 4°, da	
mine aprec can r	CCE	Deliberação 265/2016,	
	Cópia da Lei de Diretrizes	do TCE/RJ	
	Orçamentárias, devidamente		
	companhada do Anexo de Metas		
	iscais e do Anexo de Riscos Fiscais,		
	onforme definidos no Art. Da Lei		
	Complementar nº 101/2000 - LRF		
	Data limite para encaminhar ao	Inciso III, do Art. 4°, da	
	CE	Deliberação 265/2016,	
	Cópia da Lei Orçamentária Anual e	do TCE/RJ	
	ventuais alterações, devidamente		
	companhados anexos e documentos		
	e que tratam os Incisos I e II, do		
	art. 5° da Lei Complementar n°		
	01/2000LRF		
	Comunicar aos Partidos Políticos, aos	Art. 2º da Lei	
	indicatos de trabalhadores e as	nº 9.452/1997	
recebimento de er	ntidades empresariais		
recursos de			
convênios			
	Plano Diretor completa 13 anos e	Art. 2º da Lei	
te	erá necessidade de ser revisado	Complementar	
		Municipal nº 10 de 10	
		de outubro de 2006	
	tegistro da pactuação das Diretrizes,	§ 2°, Art. 4° da	
	Objetivos, Metas e Indicadores	Resolu7ção nº 5 de	
	ISPACTO	2013	
1 111111 1111 11111 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Encaminhamento do Plano Anual de	§ 2º do Art. 36, da Lei	
da LDO Sa	aúde - PAS ao Conselho de Saúde	Complementar	
1	ara aprovação	nº 141/2012	

# PREGÃO PRESENCIAL 153/2018

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPO DE PATY DO ALFERES, com sede à Rua Sebastião de Lacerda, n.º 35 – Centro - Paty do Alferes/RJ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Arlindo Rosa de Azevedo, brasileiro, solteiro, dentista, residente e domiciliado a Rua Dona Mariana, nº 630 – Avelar – Paty do Alferes/RJ, portador da C.I. nº 213491137 DIC/RJ e inscrito no CPF sob o nº 112.185.087-10, nos termos que dispõe o art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e do Decreto Municipal nº 3776/2013 e a empresa vencedora RESGATE FIRE MATERIAIS DE COMBATE A INCENDIO EIRELI – EPP, neste ato representada pelo seu representante legal Ana Gabriela Monteiro Nascimento, classificada no Pregao Presencial nº 153/2018, processo nº 5561/2018, resolvem registrar os preços das aquisições no Sistema de Registro de Preços, implantado pelo processo licitatório citado, homologado pelo Prefeito Municipal em 08/02/2019, conforme relatório de itens ganhos que faz parte desta e observadas as condições enunciadas nas cláusulas que sequem:

# 1 - OBJETO:

- 1.1- A presente Ata tem por objetivo a **AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE EXTINTORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, RH e Gestão de Pessoas, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, e com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta Detalhe, que são partes integrantes deste Edital.
- 1.2 A presente licitação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício 2019 e será informado no momento da formalização da contratação, caso ocorra no exercício subseqüente, na dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade.

### 2. DA ENTREGA

- 2.1 A licitante vencedora deverá executar fielmente os serviços conforme Termo de Referência em anexo.
- 2.2 A CONTRATADA deverá efetuar as entregas do material (is) e/ou serviço (os) no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, expedida pela Secretaria requisitante, no endereço a ser informado em momento oportuno. As entregas e/ou serviços a serem prestados deverão ser entregues e/ou realizados das 11h às 17h, sempre em dias úteis.
- 2.3 A cada necessidade de aquisição e/ou serviço, o órgão participante da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS providenciará a expedição da correspondente solicitação e notificando a empresa para proceder à retirada do empenho.
- 2.4 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes do frete e quaisquer outras necessárias à devida entrega dos materiais nos locais solicitados, bem como reparar, corrigir, remover, às suas custas, no todo ou em parte, o (s) material (is) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, mesmo que realizados por terceiros, providenciando ainda a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
- 2.6 Os materiais e/ou serviços fornecidos pela CONTRATADA somente serão aceitas pela Secretaria requisitante se estiverem estritamente de acordo com o especificado nos Termos de Referência e nas Propostas Detalhe, que fazem parte do presente, e deverão se encontrar em perfeito estado para uso imediato, não sendo tolerado nenhum material danificado e terá que ser de boa procedência e atender às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e/ou do INMETRO.
- 2.7 Comunicar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.
- 2.8 No entanto, é facultado à Contratante proceder ao Recebimento Provisório para posterior verificação, com a convocação da Contratada para, se quiser, participar do ato de conferência, verificação e análise.
- 2.9 O recebimento do (s) material (is) ficará (ão) condicionado (s) a observância das normas contidas no art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93.
- 2.10 Qualquer acidente e danos que sofrerem os prepostos da CONTRATADA na execução dos serviços e/ou na entrega, a respectiva reparação, seja a qual título for, é de responsabilidade da CONTRATADA.

# 3 - VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata entrará em vigor na data da sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, sendo sua eficácia condicionada a publicação no Boletim Oficial do Município de Paty do Alferes, bem como disponível no site oficial do Município de Paty do Alferes (www.patydoalferes.rj.gov.br).

# 4 - DA VINCULAÇÃO

4.1 - O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no edital do Pregão Presencial 153/2018, Processo nº 5561/2018, observadas as disposições nas Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n.º 2.348/06 e Decreto Municipal 3776/13 e alterações posteriores.

# 5 - DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

5.1. As condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial nº 153/2018 para Registro de Preços deverão ser mantidas durante toda a vigência da presente Ata, pela empresa classificada, ficando facultado à Prefeitura Municipal de Paty do Alferes,



a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases;

### 6 - DO PAGAMENTO

- 6.1 Os pagamentos devidos serão efetuados de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda, uma vez obedecidas as formalidades legais pertinentes, mediante CRÉDITO EM CONTA CORRENTE, da empresa.
- 6.2 Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) días, depois de efetivada a entrega dos materiais e/ou a prestação dos serviços com a competente Nota Fiscal, acompanhada do Boletim de medição e respectivo Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço RANFS (para o caso de prestação de serviços) a ser exigido pelas pessoas jurídicas de direito publico ou privado estabelecidas neste Município sempre que contratarem serviços de prestadores sediados fora deste Município e cuja nota fiscal não seja autorizada por este Município, na forma da legislação vigente.
- 6.2.1 Para o devido cumprimento do acima exposto, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal a cada entrega realizada.
- 6.3- Quanto a eventual antecipação de pagamento, quando for o caso, dará direito a **CONTRATANTE** um desconto "pro rata die", de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), incidente sobre o valor a ser pago, fato este que só poderá ocorrer em caso de exceção, devidamente fundamentado, ouvido obrigatoriamente a Consultoria Jurídica do **CONTRATANTE**.
- 6.4 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da <u>CONTRATANTE</u>, o valor devido será de 0,033%(trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira.
- 6.5 O Pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da <u>CONTRATADA</u> dirigido à Secretaria requisitante.

### 7 - DA REVISÃO DOS PREÇOS:

- 7.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo da execução do objeto, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 7.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
  - a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
  - c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
  - b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.5 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no <u>art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.</u>

# 8 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração automaticamente:
  - a) quando não restarem produtos registrados.
  - b) pela Prefeitura, quando caracterizado o interesse público.

# 9 - OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

- 9.1 Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços , todas as condições de regularidades fiscais exigidas no edital de licitação respectivo.
- 9.2 Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou signatário qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
- 9.3 Responder às notificações no prazo estabelecido.
- 9.4 Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
- 9.5 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos produtos, nos termos da legislação vigente;
- 9.6 Responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, conforme exigência legal;

- 9.7 Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus Anexos;
- 9.8- Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.
- 9.9 Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes à execução do objeto.
- 9.10 Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, incluídos tributos, contribuições e seguros.
- 9.11 Utilizar, na execução do objeto, pessoal de comprovada capacidade técnica, de bom comportamento, podendo ser exigida pela CONTRATANTE a substituição de qualquer elemento, cuja capacidade ou comportamento seja julgado, pelo órgão, impróprio ao desempenho.
- 9.12 Responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao patrimônio do Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do objeto. O acompanhamento ou fiscalização da instituição não exclui ou reduz a responsabilidade.

### 10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
  - a. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
  - d. Tiver presentes razões de interesse público.
- 10.2 O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 10.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

# 11 - DAS PENALIDADES EM CASO DE INADIMPLEMENTO:

- 11.1 As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com os artigos 80, 86 e 87 da Lei Federal n. ° 8.666/93; mediante procedimento administrativo previsto no Decreto Municipal n°3395/11.
- 11.2 A Licitante que deixar de cumprir o compromisso assumido sofrerá multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, independentemente da aplicação das demais penalidades previstas na Lei Federal n. º 8.666/93 e suas alterações, assim como poderá ser suspensa de licitações futuras nesta Prefeitura.
- 11.3 A Licitante ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total da licitação, por possível atraso/falta na entrega.

# 12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 12.2 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantacem.
- 12.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 12.4 Fica reservada a Administração à possibilidade de adquirir os objetos da presente após da assinatura da Ata de Registro de Preços, visando atender suas necessidades.
- 12.5 A cada fornecimento, o órgão participante da ARP providenciará a expedição da correspondente Solicitação de empenho e notificando a empresa para proceder à retirada do mesmo.
- 12.6 Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Secretaria Municipal de Administração.
- 12.7 Quando destinados a outro órgão ou entidade aderente, a entrega ocorrerá no endereço que por este for indicado.
- 12.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Paty do Alferes para nele serem dirimidas as dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 12.9 A divulgação da Ata de Registro de Preços será no Diário Oficial do Município e no portal da internet www.patydoalferes.rj.gov.br.
- 12.10 Integram esta Ata o Relatório de Itens ganhos por fornecedor.

Paty do Aferes, 11 de fevereiro de 2019.

Representante Legal da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes

EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO Prefeito Municipal

Empresa:

RESGATE FIRE MATERIAIS DE COMBATE A INCENDIO EIRELI – EPP Ana Gabriela Monteiro Nascimento

# CONTRATO N.º /2018

Termo de Contrato que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES**, com sede à Rua Sebastião de Lacerda, n. ° 35, Centro, Paty do Alferes/RJ, inscrito no CNPJ n° 31.844.889/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Arlindo Rosa de Azevedo, brasileiro, solteiro, dentista, residente e domiciliado a Rua Dona Mariana, n° 630 – Avelar – Paty do Alferes/RJ, portador da C.I. n° 213491137 DIC/RJ e inscrito no CPF sob o n° 112.185.087-10, denominado como **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ( ), estabelecida ( ), CNPJ sob o n.° ( ), representada neste ato por ( nome e dados pessoais) , CI sob o n.° ( ) e CPF sob o n° ( ), neste ato denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas e condições a seguir convencionadas que as partes estipulam, outorgam e aceitam.

### 1 - SERVIÇO:

1.1 – Ficará a cargo da CONTRATADA o FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE EXTINTORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS , conforme solicitação da Secretaria de Administração, RH e Gestão de Pessoas e de acordo com as específicações constantes no Termo de Referência, na Proposta Detalhe e conforme Dotação Orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSOS	N° EMPENHO
XXXX	XX	XX	XXX

1.2-O presente contrato tem por objetivo estabelecer as condições básicas a serem observadas na prestação dos serviços em questão, referentes ao processo administrativo **n.** ° **5561/2018 , SRP Pregão nº 153/2018** e seus anexos.

# 2 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 A CONTRATADA ficará responsável pelo fiel cumprimento da realização de todos os atos elencados, respeitando todas as exigências estabelecidas no Edital e neste Contrato, tais como: respeitar os prazos estabelecidos, fornecer garantia e qualidade dos servicos.
- 2.2 A CONTRATADA se obriga a respeitar todas as exigências necessárias e determinadas, sendo rejeitado pela Secretaria responsável o que estiver em desacordo com as especificações constantes, sem que haja qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 2.3 Mesmo havendo omissão pela CONTRATADA de qualquer item necessário ao devido cumprimento do objeto em pauta, em sua proposta de preços, ficará sob sua inteira responsabilidade o cumprimento do compromisso firmado com o CONTRATANTE.
- 2.4 A  ${\bf CONTRATAD}{\bf A}$  arcará com a responsabilidade de todos os custos decorrentes aos valores estipulados neste contrato.
- 2.5 O serviço fornecido pela Licitante vencedora estará sujeito a não aceitação pelo órgão requisitante, a quem caberá o direito de recusa, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado.
- 2.6 A contratação em questão não irá gerar, em hipótese alguma, qualquer vínculo empregatício entre os funcionários e/ou prepostos da  ${\bf CONTRATADA}$  e o  ${\bf CONTRATANTE}$ .
- 2.7 Quaisquer acidentes e/ou danos que por acaso vierem a sofrer os prepostos da CONTRATADA na execução dos serviços, a respectiva reparação, seja a qual título for, é de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer tipo de solidariedade e/ou subsidiariedade.
- 2.8 O recebimento dos materiais e/ou serviços ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 73 inciso I, "a" e "b", da Lei  $8.666/93.\,$

# 3 – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO

- 3.1 A CONTRATADA ficará responsável pela realização de todos os serviços conforme Termo de Referência em anexo.
- 3.2 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes do frete, de entrega e outras de qualquer natureza, referente ao objeto licitado, para o devido cumprimento das obrigações assumidas na licitação em questão.
- ${\bf 3.3}$  A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as necessidades e exigências do CONTRATANTE.

### 4- DO PAGAMENTO

- 4.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ xxxxx.
- 4.2 Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, depois de efetivada a Prestação dos serviços, com a competente Nota Fiscal Ranfs, a ser exigido dos prestadores sediados fora deste Município e cuja Nota Fiscal não seja autorizada por este Município, na forma da legislação vigente.
- 4.3 Quanto a eventual antecipação de pagamento, quando for o caso, dará direito a **CONTRATANTE** um desconto "pro rata die", de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), incidente sobre o valor a ser pago, fato este que só poderá ocorrer em caso de exceção, devidamente fundamentado, ouvido obrigatoriamente a Consultoria Jurídica do **CONTRATANTE**.
- 4.4 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do <u>CONTRATANTE</u>, o valor devido será de 0,033%(trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira.
- 4.5 O Pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da <u>CONTRATADA</u> dirigido à Secretaria requisitante.

### 5 - DA HABILITAÇÃO

5.1. – A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como das solicitadas na proposta detalhe.

### 6 - DO PRAZO

6.1 – Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, prorrogáveis por períodos permitidos por Lei.

### 7 - DECLARAÇÃO DE NULIDADE DESTE CONTRATO

7.1 – A declaração de nulidade deste contrato, caso necessária, será executada de acordo com o artigo 59 da Lei Federal n.º 8.666/93.

### 8 - DA RESCISÃO DESTE CONTRATO

8.1 – A rescisão deste contrato, caso necessário, será executada de acordo com os artigos 77, 78, 79, 81 e 88 da Lei Federal n. º 8.666/93, ressalvado o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da mencionada Lei Federal.

# 9 – DAS PENALIDADES

- 9.1 As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com os artigos 80, 86 e 87 da Lei Federal n.  $^\circ$  8.666/93 e suas alterações.
- 9.2 A **CONTRATADA** ficará ainda sujeita à multa de 20% (vinte por cento) do valor total da licitação, no caso de inexecução, total ou parcial do objeto licitado, de acordo com a Lei Federal n. ° 8.666/93 e suas alterações.
- 9.3 A **CONTRATADA** ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total da licitação, por possível atraso na execução ou falta de algum item relacionado no serviço contratado.
- 9.4 A **CONTRATADA** ficará sujeita à suspensão temporária em participar licitações, por prazo a ser determinado pelo Poder Executivo Municipal, nos casos previstos nas cláusulas 7 e 8, desde que comprovada a culpa ou má fé da mesma.

# 10 - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1 O presente contrato e os casos omissos serão regidos à luz da Lei Federal n. ° 8.666/93 e suas alterações, do **Edital de Pregão n.º 153/2018** e seus anexos, sendo que os mesmos são complementares entre si. Qualquer detalhe citado em um daqueles documentos e omitido neste contrato será considerado especificado e válido.
- 10.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições e preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato, na forma estabelecida no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n. º 8.666/93 e suas alterações.
- 10.3 As partes elegem o foro da comarca do Município de Paty do Alferes para dirimirem eventuais dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de acordo com as cláusulas acima, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam seus devidos e jurídicos efeitos legais.

Paty do Alferes,

EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE

de 2018.

CONTRATADA





Prefeitura Municipal de Paty do Alferes Secretaria Municipal de Administração

# TERMO DE REFERÊNCIA

# 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Extintores e Recarga de Extintores, visando atender as necessidades de todas as Secretarias, por período de 12 meses, pelo Sistema de Registro de Preços.

# 2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. O referido objeto destina-se a substituição e/ou manutenção dos extintores já existentes no prédio da PMPA e nas demais dependências pertencentes ao Executivo Municipal, em razão de muitos estarem desgastados pelo tempo e/ou obsoletos, bem como possíveis necessidades que possam surgir durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 2.2. A contratação decorre da necessidade em realizar efetivamente a prevenção de sinistros, conforme determina a norma regulamentadora NR23 Proteção contra incéndios que determina a utilização de extintores que obedeçam as normas do INMETRO e verificar a conformidade dos serviços de manutenção de extintores à NBR 12962 e de sinalização NBR 13434-2;
- 2.3. Registrar preços é uma alternativa devido a necessidade frequentes, com aquisição e entrega parceladas, conforme as necessidades que efetivamente se concretizem, sendo evidente que pela natureza e destinação do material não é possível definir com plena exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração, considerando, ademais, a ausência de condições de estocagem em grande quantidade de material, sem se falar nos riscos de perda.

# 3. DO QUANTITATIVO



 O quantitativo solicitado corresponde às estimativas aproximadas das Secretarias, conforme constam do processo 5561/2018. Os

pedidos de compras posteriores que utilizem saldo do presente Registro de Preços deverão conter as quantidades exatas para utilização e os mesmos deverão obrigatoriamente conter a quantificação dos itens em função do consumo, como prevê o art. 15, §7 da lei 8666/93.

# 4. DA ESPECIFICAÇÃO

4.1. Os objetos pretendidos deverão atender às especificações, conforme detalhamento da compilação de compra às folhas 68 a 70.

# 5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

- 5.1. O fornecimento do objeto contratado dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, expedida pela Secretaria requisitante.
- 5.2. O recebimento do objeto será efetuado pelo funcionário responsável indicado pelo secretaria requisitante, que poderá, junto à contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos materiais.
- 5.3. Os itens que não atenderem ao objeto ou que não tenham a qualidade minimamente aceitável serão imediatamente recusados no ato do recebimento.
- As entregas deverão ser realizadas entre 11h e 17h, sempre em dias uteis.

# 6. DOS LOCAIS DE ENTREGA E DAS SECRETARIAS PARTICIPANTES

- 6.1. O local de entrega deverá ser informado pela CONTRATANTE quando houver a emissão de Ordem de Fornecimento.
- 6.2. RELAÇÃO DE UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES



O quadro abaixo apresenta os setores pertencentes às Secretarias participantes do presente Registro de Preços e as entregas poderão

ser solicitadas em quaisquer localidades abaixo, não excluindo a necessidade de entrega em outros locais, desde que devidamente justificado no processo de aquisição.

		UNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1	Posto de Saúde de Palmares	Rua Francisco Kloser Werneck,7301
2	Posto de Saúde de Maravilha	Estrada Boa Vista,23
3	Posto de Saúde da Poaia	Rua Viúva Bastos, 1457
4	Posto de Saúde de Coqueiros	Rua Antônio Lopes de Mello,173
5	Posto de Saúde De Pedras Ruivas	Avenida Santos Dumont,590
6	Posto de Saúde Horizonte	Estrada do Guaribu,4661
7	Posto de Saúde de Vista Alegre	Estrada Sertão do Calixto, s/n
8	Posto de Saúde Sertão dos Coentros	Estrada da Capivara,5730
9	Posto de Saúde de Bela Vista	Estrada Batatal, s/n
10	Posto de Saúde de Arcozelo	Alameda Embaixador Carlos Magno s/n
11	Posto de Saúde da Granja	Rua Pacheco, 100
12	Unidade de Saúde João Ricardo Montemor Filho	Rua Coronel de Avelar, 54
13	Unidade de Saúde Alba Monteiro Bernardes	Rua Deputado Bernardes Neto, 122 - Centro
14	Clínica da Família Dr. Cesar Francisco Ferreira Gomes	Estrada, Pascoal Carlos Magno 250
15	Almoxarifado da Sec. de Saúde	Av. Sesquicentenário, 70.560, Granja
16	Secretaria Municipal de Saúde	Rua Capitão Zenóbio da Costa, 42 - Centro

	SECRETARIA	DE EDUCAÇÃO
1	E. M. LAUDELINA BERNARDES	Largo da Matriz 72, Centro
2	E. M. PEDRO NOGUEIRA	Av. Santos Dumont 150, Pedras Ruivas
3	E. M. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	Rua Monte Raso, 1550, Campo Verde
4	E. M. DR. ALVARES SOARES	Est Francisco Kroell. Werneck 6979, Palmares
5	E. M. GIOCONDA BERNARDES	Est. Da Maravilha sn, Maravilha
6	E. M. OSÓRIO DUQUE ESTRADA	Rua Viuva Bastos 1343, Poaia
7	E. M. LIDDY MIGNONE	Estrada da Cachoeira, s/n
8	E. E. M. VEREADOR S. M. FREITAS	Av. Antão Bernardes sn, Goiabal
9	E. M. MANOEL RODRIGUES	Rua Antonio Lopes 200, Coqueiros
10	E. M. DEOLINDA DA FRAGA	Est. Silvino Adelio 1568, Barro Branco
11	E. M. RIO PARDO	
12	E. M. JOSÉ PEREIRA DA SILVA	Rua Sertão dos Coentros s/n - Capivara
13	E. M. JOSÉ EULÁLIO DE ANDRADE	Alam. Antonio da Luz Fernandes - Avelar
15	E. E. M. JOSÉ LOPES DE M. FILHO	Rua Abilio Murce sn, Granja
16	E. E. M. ALTINO FRANCISCO DE PAULA	Estrada do Retiro 250, Vista Alegre

17	E. E. M. LEOPOLDO PULLIG	Rua Irineu Reis 594 - Granja
18	CRECHE POAIA	Rua Viuva Bastos sn - Poaia
19	CRECHE AVELAR	Alameda Antonio da Luz Fernandes Avelar
20	CRECHE GRANJA	Rua Irineu Reis, Granja
21	Almoxarifado da Sec. de Educação	Rua do Recanto 46, Centro

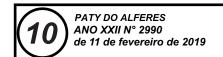
SECRETARIA DE AGRICULTURA		
1	Secretaria de Agricultura	Praça Prof. Cornelio Neto, 80, Arcozelo

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
1	Secretaria de Meio Ambiente	Rua Vereador Caio Figueira, Centro

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		
de Esportes e Ginásio Municipal	Rua Lino Bernardes, Centro	
DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FI	UNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNC	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FÚNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA E FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Secretaria d



# DIÁRIO 😇 OFICIAL

# ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

1	Secretaria de Desenvolvimento Social	Rua do Recanto 46, Centro
2	PRODEQ	Av. Roberto Silveira, s/n, Centro
3	CREAS	Rua Capitão Zenóbio, 114, Centro
4	CRAS Centro	Rua do Recanto, 46, Centro
5	CRAS Avelar	Rua Manoel Vieira Muniz, 11, Avelar
6	Serviço de Acolhimento Institucional	Rua General Cintra, 187, Centro

SECRETARIA DE OBRAS					
1	Secretaria de Obras	Av. Brasil 1500, Arcozelo			
2	Distrital Avelar	Rua Antônio de Matos 61, Avela			

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
1	Secretaria de Administração	Rua Sebastião de Lacerda, 35 - Centro		
2	Almoxarifado Central	Rua Capitão Zenóbio, 13, Central		

FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					
1	Paty Previ	Praça Benjamin Bernardes, 67 Centro.			

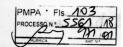
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA TODAS AS SECRETARIAS:	R\$ 46.902.60

# 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Efetuar a entrega do material e/ou serviços de acordo com as especificações e demais Condições estipuladas neste Termo de Referência;
- As Recargas deverão ter validade mínima de 12 meses e conter etiqueta indicativa e lacre;
- 7.3. Nos casos de aquisições de Extintores, deverão ser entregues unidades novas, com validade mínima de 12 meses e conter etiqueta indicativa e lacre;
- Deverá apresentar comprovante de cadastro junto ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro;
- 7.5. Comunicar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- 7.6. Arcar com todas as despesas inerentes ao frete e quaisquer outras necessárias à devida entrega dos materiais nos locais solicitados, bem como reparar, corrigir, remover, às suas custas, no todo ou em parte, o(s) material (is) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, mesmo que realizados por terceiros, providenciando ainda a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 7.7. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;
- Apresentar a(s) fatura(s) discriminando o(s) material (is) fornecidos e respectivos preços;
- 7.9. Atender prontamente quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerente ao objeto do Pregão.

# 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE





### Prefeitura Municipal de Paty do Alferes Secretaria Municipal de Administração

- Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- 8.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- 3.3. Nomear fiscal de contrato a fim de fiscalizar o correto cumprimento das obrigações da contratada, bem como auxiliar a mesma na resolução de problemas no decorrer da contratação;

### 9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os pagamentos referentes a cada pedido serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal.

Paty do Alferes, 10 de dezembro de 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - PMPA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES DIVISAO DE LICITACAO E CONTRATOS

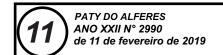
DIVISAO DE LICITACAO E CONTRATOS CNPJ: 31.844.999.0001-17 RUA SEBASTIÃO DE LACERDA C.E.P.: 26950000 - RJ Pregão Presencial Nº 153/2018 - PR

Processo Adm. (PA): 5561/2018

Folha: 1/3

# RELAÇÃO DOS ITENS GANHOS POR FORNECEDOR

						(em Reais R\$)
		<u>Unid.</u>	Quantidade	Descto(%)	Preço Unitário	Total do Item
	ATE FIRE MATERIAIS DE COMBATE A INCE					
1.	19170 - EXTINTOR - AQUISIÇÃO DE EXTINTORES NOVOS de incêndio, classe A, AP 1014 Indérioad oem apo carbono com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulação por processo de serigrafia. Validade de carga de 1 ano. MARCA: FERCAM	UNIDADE	5	1,01	94,00	470,00
2.	19171 - RECARGA DE EXTINTOR - AQUISIÇÃO DE EXTINTORES NOVOS de incelhado, classes ê a C Didxido de Carbono - POS - 6 KG fabricado em aço carbono com pintura vermeiha aplicada por processo eletrostático e rotulação por processo de serigrafía. Validade de carga de 1 ano. MARCA: FERCAM	SERVIÇO	57	,30	375,50	21.403,50
3.	19172 - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, classe 8 e C Pó Químico Portáyil pressurizado 4 KG, fabricado em ago carbono com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulação por processo de serigrafía. Válidade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	34	1,46	37,00	1.258,00
4.	19173 - RECARGA DE EXTINTOR - Recarga de extintores de incêndio CO2(4kg) MARCA:	SERVIÇO	46	,63	47,00	2.162,00
5.	19174 - RECARGA DE EXTINTOR - Serviços de Recarga de extintor de Incêndio CO2 com 6Kg MARCA:	SERVIÇO	3	1,44	56,00	168,00
6.	19175 - RECARGA DE EXTINTOR - RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, AP 10L Validade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	1	,09	31,00	31,00
7.	19176 - RECARGA DE EXTINTOR - Recarga de extintor PQS 6kg. MARCA:	SERVIÇO	12	2,00	42,00	504,00
8.	19177 - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, Gás Carbônico CO2 - 06 KG Nitrogênio, fabricado em aço carbono com pintura vermelha aplicada por processo eletrostitico e rotulação por processo de serigrafia. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	23	1,44	56,00	1.288,00
9.	19178 - RECARGA DE EXTINTOR - RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, CO³, 06Kg. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	2	1,44	56,00	112,00
10 .	19179 - RECARGA DE EXTINTOR - Serviços de Recarga de Extintores AP 10L MARCA:	SERVIÇO	1	,09	31,00	31,00
11 .	19180 - RECARGA DE EXTINTOR - Recarga de extintor AP 10 litros. MARCA:	SERVIÇO	18	,09	31,00	558,00
12 .	19181 - RECARGA DE EXTINTOR - Recarga extintor CO2 8kg. MARCA:	SERVIÇO	7	,84	59,00	413,00



# DIÁRIO 苋 OFICIAI

# ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

		<u>Unid.</u>	Quantidade	Descto(	%) Preco Unitário	(em Reais I
	ATE FIRE MATERIAIS DE COMBATE A INCE					
14 .	19183 - RECARGA DE EXTINTOR - Serviços de Recarga de Extintores PQS com 6Kg MARCA:	SERVIÇO	1	2,00	42,00	4
15 .	19184 - RECARGA DE EXTINTOR - Recarga de extintor de incêndio PQS 6kg. MARCA:	SERVIÇO	18	2,00	42,00	75
16 .	19185 - RECARGA DE EXTINTOR - RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, PQS, 06Kg, Validade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	2	2,00	42,00	8
	19186 - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, classe A - 10 Litros - Água AP, fabricado em aço cabrono com printura vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulação por processo de serigrafía. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	57	,09	31,00	1.76
18 .	19187 - RECARGA DE EXTINTOR - Serviços de Recarga de Extintores PQS com 8Kg MARCA:	SERVIÇO	2	,52	44,00	
	19188 - RECARGA DE EXTINTOR - Teste hidrostático para extintores. MARCA:	SERVIÇO	5	3,35	9,50	4
	19189 - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, classe B e C Dióxido de Carbono- POS - 10KG, fabricado em aço carbono com pintura vermelha aplicada por processo eletrostido e rotulação por processo de serigrafia. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	3	1,58	51,00	15
21 .	19190 - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, classe B e C Dióxido de Carbono - 2 KG, fabricado em aço carbono com pintura vermelha aplicada por processo defensático e rolulação por processo de serigrafia. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	1	,28	34,90	
22 .	19191 - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, classe B e C Pó Químico Portátil pressurizado - 6 KG, fabricado em aço carbono com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático e rol	SERVIÇO	9	2,00	42,00	3
23 .	19192 - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incéndio, PPO4 BC - portátil de po 8 e C a base de Bicarband de Sódio - 6 KG, fabricado em apo carbono com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulação por processo de serigrafia. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	2	2,00	42,00	
	19193 - EXTINTOR - AQUISIÇÃO DE EXTINTORES NOVOS de incêndio, classe B e C Dióxido de Carbono - 6 KG fabricado em ago carbono com pintura vermelha aglicada por processo eletrostático e rotulação por processo de serigrafia	UNIDADE	25	,17	376,00	9.40
					ſ	em Reais R\$
		<u>Unid.</u>	Quantidade	Descto(%)	Preço Unitário	Total do Item
25	GATE FIRE MATERIAIS DE COMBATE A INCE . 1919 A - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incédido, classe B e C Dióxido de Carbono- 6 KG, fabricado em aço carbono com pintura vermeiha aplicada por processo elettostático e rolluação por processo de serigrafía. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	UNIDADE	25	,56	56,50	1.412,5
26	. 19195 - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incêndio PQS - 6 Kg. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	SERVIÇO	10	2,00	42,00	420,0
27	, 19196 - RECARGA DE EXTINTOR - Teste hidrostático para extintores MARCA:	SERVIÇO	30	3,35	9,50	285,0
28	. 19197 - RECARGA DE EXTINTOR - SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES de incêndio, classe A - 10 Litros - Agua AP, fabricado em aço carbono com pintura vermelha aplicada por processo elevistático e rofulação por processo de serigrafía. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	UNIDADE	25	,09	31,00	775,0
29	. 19198 - EXTINTOR - AQUISIÇÃO DE EXTINTORES NOVOS de incêndio, classe A, AP 10l. fabricado em aço carbono com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático refullação por processo de serigirafía. Validade de carga de 1 ano. MARCA:	UNIDADE	25	1,01	94,00	2.350,0
					Total do Fornecedor: Total Geral:	46.475,4 46.475,4

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

# PREGÃO PRESENCIAL 003/2019

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPO DE PATY DO ALFERES, com sede à Rua Sebastião de Lacerda, n.º 35 – Centro - Paty do Alferes/RJ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Eurico Pinheiro Bernardes Neto, brasileiro, solteiro, Administrador, residente e domiciliado a Rua Lino Bernardes, 2222- Centro - Paty do Alferes/RJ, portador da C.I. n.º 0204885321 DIC RJ e inscrito no CPF(MF) sob o n.º 101.339.427-59, nos termos que dispõe o art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e do Decreto Municipal nº 3776/2013 e as empresas vencedoras, neste ato representada pelos seus representantes legais: AUTO POSTO PATI LTDA - Paulo Cesar Pereira Curityba e POSTO TURCÃO LTDA - Soraya Mendonça Sabag do Amaral, classificadas no Pregão Presencial nº 003/2019, processo nº 8244/2018, resolvem registrar os preços dos serviços no Sistema de Registro de Preços, implantado pelo processo licitatório citado, conforme homologado pelo Prefeito Municipal em 11/02/2019, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que seguem:

# 1 - OBJETO

1.1- A presente Ata tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DO PRIMEIRO DISTRITO DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES, conforme solicitação da Secretaria de Administração, RH e Gestão de Pessoas, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, e com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta Detalhe, que são partes integrantes deste Edital.

1.2 - A presente licitação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício 2019 e será informado no momento formalização da contratação, caso ocorra no exercício subseqüente, na dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade.

# 2. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1-A cada necessidade de aquisição, a Secretaria Requisitante providenciará a expedição da correspondente solicitação e notificando a empresa para proceder à retirada do empenho.
- 2.2 Os combustíveis fornecidos pela empresa deverão se encontrar dentro das especificações estabelecidas e definidas pela Agência Nacional do Petróleo, não sendo tolerado nenhum produto alterado e/ou adulterado, sendo que os mesmos estarão sujeitos a não aceitação pela CONTRATANTE, a qual caberá direito de recusa, caso os mesmos não estejam de acordo com o especificado. Todos os combustíveis terão que ser de boa procedência e qualidade, com marcas conhecidas no mercado consumidor e deverão se encontrar dentro das normas e padrões definidos pela ANP (Agência Nacional de Petróleo).
- 2.2.2 A **CONTRATANTE** poderá a qualquer momento que queira, solicitar a **CONTRATADA** uma análise presencial de qualquer combustível para verificação se os mesmos encontram-se dentro dos padrões de exigências, inclusive também no que diz respeito às bombas de abastecimento no tocante à aferição da quantidade fornecida.
- 2.2.3 A CONTRATADA deverá manter um histórico dos últimos carregamentos de combustíveis recebidos, devendo manter em seus arquivos um relatório dos mesmos para verificação a qualquer momento por parte da CONTRATANTE, inclusive das notas fiscais correspondentes.
- 2.3 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes do fornecimento e abastecimento dos veículos da Prefeitura.
- 2.4 A **CONTRATADA** se compromete a efetuar o abastecimento dos veículos por um período de 12 (doze) meses, podendo o mesmo ser rescindido ou prorrogado por conveniência da Administração e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.
- 2.5 Todo e qualquer veículo só poderá ser atendido se estiver acompanhado de uma requisição oficial, devidamente assinada pelo responsável da frota e pelo motorista do veículo, sendo que qualquer abastecimento realizado sem a devida apresentação da requisição não será aceito pela CONTRATANTE.
- 2.6 A empresa somente deverá cotar os combustíveis, caso haja disponibilidade de fornecêlos. Não será tolerado, em hipótese nenhuma, a parada de algum veículo por falta de combustível.
- 2.7 A CONTRATADA deverá ter disponibilidade para atendimento aos veículos da CONTRATANTE durante todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, dentro do horário comercial registrado na ANP.
- 2.8 O prazo para dar entrada em processos de pagamento será semanal, referente ao período da semana anterior, devendo as notas fiscais estar estritamente de acordo com as descrições das requisicões.
- 2.9 O recebimento dos produtos ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 73 inciso I, "a" e "b", da Lei 8.666/93.
- 2.10 Qualquer acidente e danos que sofrerem os prepostos da CONTRATADA na execução dos serviços, a respectiva reparação, seja a qual título for, é de responsabilidade da CONTRATADA.

# 3 - VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata entrará em vigor na data da sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, sendo sua eficácia condicionada a publicação no Boletim Oficial do Município de Paty do Alferes, bem como disponível no site oficial do Município de Paty do Alferes (<a href="https://www.patydoalferes.rj.gov.br">www.patydoalferes.rj.gov.br</a>).

# 4 - DA VINCULAÇÃO

4.1 - O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no edital do Pregão Presencial 003/2019, Processo nº 7406/14, observadas as disposições nas Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n.º 2.348/06 e Decreto Municipal 3776/13 e alterações posteriores.

# 5 - DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

5.1. As condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial nº 003/2019 para Registro de Preços deverão ser mantidas durante toda a vigência da presente Ata, pela empresa classificada, ficando facultado à Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases;

# 6 - DO PAGAMENTO

- 6.1 Os pagamentos devidos serão efetuados de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda, uma vez obedecidas as formalidades legais pertinentes, mediante CRÉDITO EM CONTA CORRENTE, devendo o mesmo fornecer dados como: nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta corrente.
- 6.2 Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, depois de efetivada a entrega dos materiais, com a competente Nota Fiscal Ranfs, a ser exigido dos prestadores sediados fora deste Município e cuja Nota Fiscal não se já autorizada por este Município, na forma da legislação vigente.

- 6.2.1 Para cumprimento do acima exposto, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal a cada serviço prestado.
- 6.3- Quanto a eventual antecipação de pagamento, quando for o caso, dará direito a <u>CONTRATANTE</u> um desconto "pro rata die", de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), incidente sobre o valor a ser pago, fato este que só poderá ocorrer em caso de exceção, devidamente fundamentado, ouvido obrigatoriamente a Consultoria Jurídica do <u>CONTRATANTE</u>.
- 6.4 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da <u>CONTRATANTE</u>, o valor devido será de 0,033%(trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso.
- 6.5 O Pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da <u>CONTRATADA</u> dirigido à Secretaria requisitante.

### 7 - DA REVISÃO DOS PREÇOS:

- 7.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 7.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
  - a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
  - c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
  - b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.5 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei  $n^{\Delta}$  8.666, de 1993.

# 8 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração, automaticamente:
  - a) por decurso de prazo de vigência;
  - b) quando não restarem prestadores dos serviços registrados.
  - a) Pelo Município Prefeitura, quando caracterizado o interesse público.

# 9 - OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

- 9.1 Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidades fiscais exigidas no edital de licitação respectivo.
- 9.2 Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou signatário qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
- 9.3 Responder às notificações no prazo estabelecido.
- 9.4 Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
- 9.5 A contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos equipamentos e materiais necessários para a perfeita execução dos serviços, obriga-se a:
- $9.5.1\;$  Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 9.5.2 Responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do serviço, conforme exigência legal;
- 9.5.3 Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus Anexos:
- 9.5.4 Corrigir e/ou re-executar os serviços e substituir os materiais não aprovados pela Secretaria, caso os mesmos não atendam às especificações constantes deste Termo de Referência;
- 9.5.5 Cumprir as medidas de segurança, conforme legislação em vigor;
- 9.5.6- Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
  9.5.7- Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.
- 9.5.8 Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes à prestação dos serviços objeto desta contratação.

9.5.9 - Utilizar, na execução dos serviços, pessoal de comprovada capacidade técnica, de bom comportamento, podendo ser exigida pela CONTRATANTE a substituição de qualquer elemento, cuja capacidade ou comportamento seja julgado, pelo órgão, impróprio ao desempenho dos serviços contratados.

# 10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 O fornecedor terá seu registro cancelado guando:
  - a. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administracão, sem justificativa aceitável;
  - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
  - d. Tiver presentes razões de interesse público.
- 10.2 O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, fica assegurado o contraditório defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 10.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

### 11 - DAS PENALIDADES EM CASO DE INADIMPLEMENTO:

- 11.1 As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com os artigos 80, 86 e 87 da Lei Federal n. ° 8.666/93; mediante procedimento administrativo previsto no Decreto Municipal nº3395/11.
- 11.2 A Licitante que deixar de cumprir o compromisso assumido sofrerá multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, independentemente da aplicação das demais penalidades previstas na Lei Federal n. º 8.666/93 e suas alterações, assim como poderá ser suspensa de licitações futuras nesta Prefeitura.
- 11.3 A Licitante ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total da licitação, por possível atraso/falta da prestação dos serviços.
- 11.4 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata e/ou contrato, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

# 12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condicões.
- 12.2 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 12.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 12.4 Fica reservada a Administração à possibilidade de solicitar os serviços da presente após da assinatura da Ata de Registro de Preços, visando atender suas necessidades.
- 12.5 A cada fornecimento, o órgão participante da ARP providenciará a expedição da correspondente Solicitação de empenho e notificando a empresa para proceder à retirada do mesmo.
- 12.6 Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Secretaria Municipal de Administração.
- 12.7 Quando destinados a outro órgão ou entidade aderente, a entrega ocorrerá no endereço que por este for indicado.
- 12.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Paty do Alferes para nele serem dirimidas as dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 12.9 A divulgação da Ata de Registro de Preços será no Diário Oficial do Município e no portal da internet www.patydoalferes.rj.gov.br.
- 12.10 Integram esta Ata o Relatório de Itens ganhos por fornecedor.

E assim, por acharem justos e compromissados, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, abaixo nomeadas para que o mesmo produza seus jurídicos e legais efeitos.

Paty do Alferes, 11 de fevereiro de 2019.

Representante Legal da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes

EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO Prefeito Municipal

Empresas:

AUTO POSTO PATI LTDA Paulo Cesar Pereira Curityba

POSTO TURCÃO LTDA Soraya Mendonça Sabag do Amaral

### ANEXO VIII

### CONTRATO N.º /2019

Termo de Contrato que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES**, CNPI nº 31.844.889/0001-17 com sede à Rua Sebastião de Lacerda, n. º 35, Centro, Paty do Alferes/RJ neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Eurico Pinheiro Bernardes Neto, brasileiro, solteiro, Administrador, residente e domiciliado a Rua Lino Bernardes, 2222- Centro – Paty do Alferes/RJ, portador da C.I. n.º 0204885321 DIC RJ e inscrito no CPF(MF) sob o n.º 101.339.427-59 denominado como **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ( ), estabelecida ( ), CNPJ sob o n.º ( ), representada neste ato por ( nome e dados pessoais) , CI sob o n.º ( ) e CPF sob o nº ( ), neste ato denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas e condições a seguir convencionadas que as partes estipulam, outorgam e aceitam.

### 1 - SERVIÇO:

1.1 – Ficará a cargo da CONTRATADA o FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DO PRIMEIRO DISTRITO DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, RH e Gestão de Pessoas, e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na Proposta Detalhe e conforme Dotação Orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	ÓRGÃO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		N° EMPENHO		
XXXX	XX	XX	XXX		

1.2- O presente contrato tem por objetivo estabelecer as condições básicas a serem observadas na entrega dos produtos em questão, referentes ao processo administrativo n.  $^{\textbf{0}}$  8243/2018, **Pregão nº 004/2019** e seus anexos.

# 2 - CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 2.1 A CONTRATADA fica responsável pelo fiel cumprimento integral do compromisso assumido, se responsabilizando a entregar efetivamente e integralmente a totalidade ganha na licitação.
- 2.2 A CONTRATADA fica obriga a fornecer os produtos dentro das características solicitadas, as quais estão contidas nas Propostas Detalhe e nos Cronogramas de Entregas que fazem parte integramte deste.
- 2.3 Correão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas e custos decorrentes do frete e/ou outras de quaisquer naturezas, até os locais das entregas.
- 2.4 Mesmo havendo omissão pela CONTRATADA de qualquer item necessário ao devido cumprimento do objeto em pauta, em sua proposta de preços, ficará sob sua inteira responsabilidade o cumprimento do compromisso firmado com a CONTRATANTE.
- 2.5 O recebimento dos produtos ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93.

# 3 – DA ENTREGA

3.1 – O local de entrega dar-se-á no Posto de Combustível pertencente à empresa vencedora do certame licitatório.

# 4- DO PAGAMENTO

- 4.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estimado de R\$ xxxxx.
- 4.2 Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, depois de efetivada a entrega dos materiais, com a competente Nota Fiscal.
- 4.2.1 Para o cumprimento do acima exposto, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal a cada entrega efetuada.
- 4.3 Quanto a eventual antecipação de pagamento, quando for o caso, dará direito a **CONTRATANTE** um desconto "pro rata die", de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), incidente sobre o valor a ser pago, fato este que só poderá ocorrer em caso de exceção, devidamente fundamentado, ouvido obrigatoriamente a Consultoria Jurídica do **CONTRATANTE**.
- 4.4 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da <u>CONTRATANTE</u>, o valor devido será de 0,033%(trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira.
- 4.5-0 Pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da **CONTRATADA** dirigido à Secretaria requisitante.

# 5 – DA HABILITAÇÃO

5.1. – A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como das solicitadas na proposta detalhe.

### 6 - DA GARANTIA

- 6.1 A **CONTRATADA** se obriga a efetuar as entregas dos produtos em condições ideais para consumo nos padrões adequados higiênicos-sanitários e para o consumo imediato, não sendo tolerado nenhum produto que não esteja de acordo com a solicitação da Secretaria requisitante.
- 6.2 Os produtos que não atenderem às especificações, serão devolvidos à empresa, sendo a

empresa CONTRATANTE obrigada a repor os produtos de imediato.

### 7 - DO PRAZO

7.1 – Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, prorrogáveis por períodos permitidos por Lei.

### 8 - DECLARAÇÃO DE NULIDADE DESTE CONTRATO

8.1 – A declaração de nulidade deste contrato, caso necessária, será executada de acordo com o artigo 59 da Lei Federal n.º 8.666/93.

### 9 – DA RESCISÃO DESTE CONTRATO

9.1 – A rescisão deste contrato, caso necessário, será executada de acordo com os artigos 77, 78, 79, 81 e 88 da Lei Federal n. ° 8.666/93, ressalvado o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da mencionada Lei Federal

### 10 - DAS PENALIDADES

- 10.1 As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com os artigos 80, 86 e 87 da Lei Federal n.  $^{\circ}$  8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 A **CONTRATADA** ficará ainda sujeita à multa de 20% (vinte por cento) do valor total da licitação, no caso de inexecução, total ou parcial do objeto licitado, de acordo com a Lei Federal n.  $^{\circ}$  8.666/93 e suas alterações.
- 10.3 A **CONTRATADA** ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total da licitação, por possível atraso na execução ou falta de algum item relacionado no servico contratado.
- 10.4 A **CONTRATADA** ficará sujeita à suspensão temporária em participar licitações, por prazo a ser determinado pelo Poder Executivo Municipal, nos casos previstos nas cláusulas 7 e 8, desde que comprovada a culpa ou má fé da mesma.

# 11 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1 O presente contrato e os casos omissos serão regidos à luz da Lei Federal n. ° 8.666/93 e suas alterações, do Edital de Pregão n.º 004/2019 e seus anexos, sendo que os mesmos são complementares entre si. Qualquer detalhe citado em um daqueles documentos e omitido neste contrato será considerado especificado e válido.
- 11.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições e preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato, na forma estabelecida no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n. º 8.666/93 e suas alteracões.
- 11.3 As partes elegem o foro da comarca do Município de Paty do Alferes para dirimirem eventuais dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de acordo com as cláusulas acima, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam seus devidos e jurídicos efeitos legais.

Paty do Alferes, de de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

# Anexo IX



Prefeitura Municipal de Paty do Alferes Secretaria Municipal de Administração



# TERMO DE REFERÊNCIA

# 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de combustível para todos os veículos e máquinas da frota da PMPA, do PRIMEIRO DISTRITO. Período de 12 meses pelo Sistema de Registro de Preços.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

- É imprescindível para o funcionamento dos veículos e máquinas das diversas secretarias:
- 2.2. Registrar preços é uma alternativa devido a necessidade frequente de abastecimento, bem como a dificuldade de se identificar a demanda com exatidão, pois pode haver aquisição de novos veículos, eventos e necessidades de cada secretaria, bem como outras variáveis que fazem com que o Registro de Preços seja a melhor alternativa na aquisição de combustíveis.

### 3. DO QUANTITATIVO

3.1. O quantitativo solicitado corresponde às estimativas aproximadas das Secretarias, conforme constam do processo 8244/2018. Os pedidos de compras posteriores que utilizem saldo do presente Registro de Preços deverão conter as quantidades exatas para utilização e os mesmos deverão obrigatoriamente conter a quantificação dos itens em função do consumo, como prevê o art. 15, §7 da lei 8666/93 e ainda, o Manual de Controle, Gestão e Abastecimento da Frota da PMPA.

# 4. DA ESPECIFICAÇÃO

 Os combustíveis e aditivos deverão atender ao detalhamento da compilação de compra às folhas 21.

# 5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO



- 5.1. O fornecimento do objeto contratado dar-se-á de imediato, desde que nos horários de funcionamento dos postos de Gasolina das empresas vencedoras, que deverá ser no mínimo: segunda a sábado, entre 07:00h e 22:00h e domingos ou feriados, entre 08:00h e 20:00h;
- 5.2. O recebimento do combustível somente será realizado para veículos oficiais (placa branca), pertencentes à PMPA ou cedidos à mesma, conduzido por funcionário devidamente identificado e com requisição de Combustível assinada por Secretário Municipal, Diretor de Transporte, Prefeito, Vice-Prefeito ou algum outro funcionário devidamente autorizado a emitir as requisições.
- 5.3. Os itens que não atenderem ao objeto ou que não tenham a qualidade mínima aceitável serão imediatamente recusados no ato do recebimento.

# 6. DOS LOCAIS DE ENTREGA E DAS SECRETARIAS PARTICIPANTES

- O local de entrega dar-se-á no posto de Gasolina pertencente à empresa vencedora do certame licitatório.
- 6.2. As Secretarias Participantes são: Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, sendo a primeira, responsável pelas demais secretarias do município de Paty do Alferes.

# 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Manter a regularidade fiscal ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços;
- 7.2. Comunicar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem qualquer cumprimento ao que rege o presente Termo;
- 7.3. Deverá obrigatoriamente seguir e fiscalizar o que dispõe os itens 5.1 e 5.2, sendo de inteira responsabilidade os custos decorrentes de abastecimentos incorretos ou que não estejam previstos no presente Registro de Preços;
- 7.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;





### Prefeitura Municipal de Paty do Alferes Secretaria Municipal de Administração

- Apresentar nota(s) fiscal (is) discriminando o (s) material (is) fornecido (s) e respectivos preços;
- Atender prontamente quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerente ao objeto do Pregão.

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo:
- 8.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 8.3. Nomear fiscal de contrato a fim de fiscalizar o correto cumprimento das obrigações da contratada, bem como auxiliar a mesma na resolução de problemas no decorrer da contratação.

### 9. DA GARANTIA

9.1. É de total e integral responsabilidade da Contratada quanto à garantia da qualidade do produto, cumprindo as descrições técnicas do objeto, bem como os termos da legislação vigente.

### 10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os pagamentos referentes a cada pedido serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal.

Paty do Alferes, 08 de janeiro de 2019.







PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - PMPA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

DIVISAO DE LICITACAO E CONTRATOS CNPJ: 31.844.999.0001-17 Pregão Presencial Nº 3/2019 - PR

Processo Adm. (PA): 8244/2018

Folha: 1/1

Total Geral: 2.219.328,12

# RELAÇÃO DOS ITENS GANHOS POR FORNECEDOR

				1	em Reals R\$)
	Unid.	Quantidade	Descto(%)	Preço Unitário T	otal do Item
AUTO POSTO PATY LTDA					
22251 - COMBUSTIVEL - GASOLINA COMUM MARCA: IPIRANGA	LITRO	191.971,68	.00	4,99	957.938,68
2 . 22252 - COMBUSTIVEL - ETANOL (ÁLCOOL) MARCA: IPIRANGA	LITRO	15.307,51	.26	3,75	57.403,16
			To	tal do Fornecedor:	963.681,84
POSTO TURCAO LTDA.					
. 22253 - COMBUSTIVEL - DIESEL S-10 MARCA: SHELL	LITRO	317.122,24	.52	3,79	1.201.893,29
			To	tal do Fornecedor:	1.201.893,29
AUTO POSTO PATY LTDA					
5 . 22255 - COMBUSTIVEL - ADITIVO ARLA 32 MARCA: IPIRANGA	GALÃO	35	,16	59,80	2.093,0
				Tatal da Comocodos	2,002,0



PATY DO ALFERES, 4 de Fevereiro de 2019 Chunday Inches



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

# PREGÃO PRESENCIAL 004/2019

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPO DE PATY DO ALFERES, com sede à Rua Sebastião de Lacerda, n.º 35 – Centro - Paty do Alferes/RJ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Eurico Pinheiro Bernardes Neto, brasileiro, solteiro, Administrador, residente e domiciliado a Rua Lino Bernardes, 2222- Centro – Paty do Alferes/RJ, portador da C.I. n.º 0204885321 DIC RJ e inscrito no CPF(MF) sob o n.º 101.339.427-59, nos termos que dispõe o art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e do Decreto Municipal nº 3776/2013 e a empresa vencedora neste ato representada pelo seu representante legal AUTO POSTO BARÃO DE CAPIVARI DE PATY DO ALFERES LTDA – Julio Cesar Miranda da Hora, classificada no Pregão Presencial nº 004/2019, processo nº 8243/2018, resolvem registrar os preços dos serviços no Sistema de Registro de Preços, implantado pelo processo licitatório citado, conforme homologado pelo Prefeito Municipal em 11/02/19, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que seguem:

### 1 - OBJETO

- 1.1 A presente Ata tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DO SEGUNDO DISTRITO DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES, conforme solicitação da Secretaria de Administração, RH e Gestão de Pessoas, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, e com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta Detalhe, que são partes integrantes deste Edital.
- 1.2 A presente licitação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício 2019 e será informado no momento formalização da contratação, caso ocorra no exercício subseqüente, na dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade.

### 2. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 A cada necessidade de aquisição, a Secretaria Requisitante providenciará a expedição da correspondente solicitação e notificando a empresa para proceder à retirada do empenho.
- 2.2 Os combustíveis fornecidos pela empresa deverão se encontrar dentro das especificações estabelecidas e definidas pela Agência Nacional do Petróleo, não sendo tolerado nenhum produto alterado e/ou adulterado, sendo que os mesmos estarão sujeitos a não aceitação pela CONTRATANTE, a qual caberá direito de recusa, caso os mesmos não estejam de acordo com o especificado. Todos os combustíveis terão que ser de boa procedência e qualidade, com marcas conhecidas no mercado consumidor e deverão se encontrar dentro das normas e padrões definidos pela ANP (Agência Nacional de Petróleo).
- 2.2.2 A **CONTRATANTE** poderá a qualquer momento que queira, solicitar a **CONTRATADA** uma análise presencial de qualquer combustível para verificação se os mesmos encontram-se

dentro dos padrões de exigências, inclusive também no que diz respeito às bombas de abastecimento no tocante à aferição da quantidade fornecida.

- 2.2.3 A CONTRATADA deverá manter um histórico dos últimos carregamentos de combustíveis recebidos, devendo manter em seus arquivos um relatório dos mesmos para verificação a qualquer momento por parte da CONTRATANTE, inclusive das notas fiscais correspondentes.
- 2.3 Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes do fornecimento e abastecimento dos veículos da Prefeitura.
- 2.4 A **CONTRATADA** se compromete a efetuar o abastecimento dos veículos por um período de 12(doze) meses, podendo o mesmo ser rescindido ou prorrogado por conveniência da Administração e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.
- 2.5 Todo e qualquer veículo só poderá ser atendido se estiver acompanhado de uma requisição oficial, devidamente assinada pelo responsável da frota e pelo motorista do veículo, sendo que qualquer abastecimento realizado sem a devida apresentação da requisição não será aceito pela CONTRATANTE.
- 2.6 A empresa somente deverá cotar os combustíveis, caso haja disponibilidade de fornecêlos. Não será tolerado, em hipótese nenhuma, a parada de algum veículo por falta de combustível.
- 2.7 A CONTRATADA deverá ter disponibilidade para atendimento aos veículos da CONTRATANTE durante todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, dentro do horário comercial registrado na ANP.
- 2.8 O prazo para dar entrada em processos de pagamento será semanal, referente ao período da semana anterior, devendo as notas fiscais estar estritamente de acordo com as descrições das requisições.
- 2.9 O recebimento dos produtos ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 73 inciso I, "a" e "b", da Lei 8.666/93.
- 2.10 Qualquer acidente e danos que sofrerem os prepostos da CONTRATADA na execução dos serviços, a respectiva reparação, seja a qual título for, é de responsabilidade da CONTRATADA.

# 3 - VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata entrará em vigor na data da sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, sendo sua eficácia condicionada a publicação no Boletim Oficial do Município de Paty do Alferes, bem como disponível no site oficial do Município de Paty do Alferes (<u>WWW.patydoalferes.rj.gov.br</u>).

# 4 - DA VINCULAÇÃO

4.1 - O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no edital do Pregão Presencial 004/2019, Processo nº 7406/14, observadas as disposições nas Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n.º 2.348/06 e Decreto Municipal 3776/13 e alterações posteriores.

## 5 - DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

5.1. As condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial nº 004/2019 para Registro de Preços deverão ser mantidas durante toda a vigência da presente Ata, pela empresa classificada, ficando facultado à Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases;

### 6 - DO PAGAMENTO

- 6.1 Os pagamentos devidos serão efetuados de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda, uma vez obedecidas as formalidades legais pertinentes, mediante **CRÉDITO EM CONTA CORRENTE**, devendo o mesmo fornecer dados como: nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta corrente.
- 6.2 Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, depois de efetivada a entrega dos materiais, com a competente Nota Fiscal Ranfs, a ser exigido dos prestadores sediados fora deste Município e cuja Nota Fiscal não se já autorizada por este Município, na forma da legislação vigente.
  - 6.2.1 Para cumprimento do acima exposto, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal a cada serviço prestado.
- 6.3- Quanto a eventual antecipação de pagamento, quando for o caso, dará direito a <u>CONTRATANTE</u> um desconto "pro rata die", de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), incidente sobre o valor a ser pago, fato este que só poderá ocorrer em caso de exceção, devidamente fundamentado, ouvido obrigatoriamente a Consultoria Jurídica do <u>CONTRATANTE</u>.
- 6.4 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da <u>CONTRATANTE</u>, o valor devido será de 0,033%(trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso.
- 6.5 O Pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da **CONTRATADA** dirigido à Secretaria requisitante.

# 7 - DA REVISÃO DOS PREÇOS:

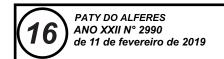
- 7.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociacões iunto aos fornecedores.
- 7.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
  - a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
  - c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
  - b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.5 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

# 8 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração, automaticamente:
  - a) por decurso de prazo de vigência;
  - b) quando não restarem prestadores dos serviços registrados.
  - a) Pelo Município Prefeitura, quando caracterizado o interesse público.

# 9 - OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

- 9.1 Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidades fiscais exigidas no edital de licitação respectivo.
- 9.2 Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou signatário qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
- 9.3 Responder às notificações no prazo estabelecido.





- 9.4 Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
- 9.5 A contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos equipamentos e materiais necessários para a perfeita execução dos serviços, obriga-se a:
- 9.5.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 9.5.2 Responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do serviço, conforme exigência legal;
- 9.5.3 Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus Anexos;
- 9.5.4 Corrigir e/ou re-executar os serviços e substituir os materiais não aprovados pela Secretaria, caso os mesmos não atendam às especificações constantes deste Termo de Referência;
  - 9.5.5 Cumprir as medidas de segurança, conforme legislação em vigor;
- 9.5.6- Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas específicações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
- nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.

  9.5.7- Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.
- 9.5.8 Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes à prestação dos serviços objeto desta contratação.
- 9.5.9 Utilizar, na execução dos serviços, pessoal de comprovada capacidade técnica, de bom comportamento, podendo ser exigida pela CONTRATANTE a substituição de qualquer elemento, cuja capacidade ou comportamento seja julgado, pelo órgão, impróprio ao desempenho dos serviços contratados.

# 10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
  - a. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
  - d. Tiver presentes razões de interesse público.
- 10.2 O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, fica assegurado o contraditório defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 10.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

# 11 - DAS PENALIDADES EM CASO DE INADIMPLEMENTO:

- 11.1 As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com os artigos 80, 86 e 87 da Lei Federal n. º 8.666/93; mediante procedimento administrativo previsto no Decreto Municipal nº3395/11.
- 11.2 A Licitante que deixar de cumprir o compromisso assumido sofrerá multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, independentemente da aplicação das demais penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, assim como poderá ser suspensa de licitações futuras nesta Prefeitura.
- 11.3 A Licitante ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total da licitação, por possível atraso/falta da prestação dos serviços.
- 11.4 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata e/ou contrato, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

# 12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 12.2 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 12.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 12.4 Fica reservada a Administração à possibilidade de solicitar os serviços da presente após da assinatura da Ata de Registro de Precos, visando atender suas necessidades.
- 12.5 A cada fornecimento, o órgão participante da ARP providenciará a expedição da

correspondente Solicitação de empenho e notificando a empresa para proceder à retirada do mesmo.

- 12.6 Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Secretaria Municipal de Administração.
- 12.7 Quando destinados a outro órgão ou entidade aderente, a entrega ocorrerá no endereço que por este for indicado.
- 12.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Paty do Alferes para nele serem dirimidas as dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 12.9 A divulgação da Ata de Registro de Preços será no Diário Oficial do Município e no portal da internet www.patydoalferes.rj.gov.br.
- 12.10 Integram esta Ata o Relatório de Itens ganhos por fornecedor.

E assim, por acharem justos e compromissados, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, abaixo nomeadas para que o mesmo produza seus jurídicos e legais efeitos.

Paty do Aferes, 11 de fevereiro de 2019.

Representante Legal da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes

EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO Prefeito Municipal

Empresa:

AUTO POSTO BARÃO DE CAPIVARI DE PATY DO ALFERES LTDA Julio Cesar Miranda da Hora

### ANEXO VIII

### CONTRATO N.º /2019

Termo de Contrato que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES**, CNPJ nº 31.844.889/0001-17 com sede à Rua Sebastião de Lacerda, n. º 35, Centro, Paty do Alferes/RJ neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Eurico Pinheiro Bernardes Neto, brasileiro, Solteiro, Administrador, residente e domiciliado a Rua Lino Bernardes, 2222- Centro Paty do Alferes/RJ, portador da C.I. n.º 0204885321 DIC RJ e inscrito no CPF(MF) sob o n.º 101.339.427-59 denominado como **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa (), estabelecida (), CNPJ sob o n.º (), representada neste ato por (nome e dados pessoais), CI sob o n.º () e CPF sob o nº (), neste ato denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas e condições a seguir convencionadas que as partes estipulam, outorgam e aceitam.

# 1 – SERVIÇO:

1.1 – Ficará a cargo da CONTRATADA o FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DO SEGUNDO DISTRITO DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, RH e Gestão de Pessoas, e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na Proposta Detalhe e conforme Dotação Orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSOS	N° EMPENHO		
XXXX	XX	XX	XXX		

1.2-0 presente contrato tem por objetivo estabelecer as condições básicas a serem observadas na entrega dos produtos em questão, referentes ao processo administrativo n. ° 8243/2018, Pregão  $n^{\circ}$  004/2019 e seus anexos.

# 2 - CONDIÇÕES DE ENTREGA

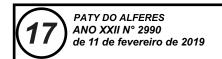
- 2.1 A CONTRATADA fica responsável pelo fiel cumprimento integral do compromisso assumido, se responsabilizando a entregar efetivamente e integralmente a totalidade ganha na licitação.
- 2.2 A CONTRATADA fica obriga a fornecer os produtos dentro das características solicitadas, as quais estão contidas nas Propostas Detalhe e nos Cronogramas de Entregas que fazem parte integramte deste.
- ${\bf 2.3-Corre\~{a}o}~por~conta~da~{\bf CONTRATADA}~todas~as~despesas~e~custos~decorrentes~do~frete~e/ou~outras~de~quaisquer~naturezas,~até~os~locais~das~entregas.$
- 2.4 Mesmo havendo omissão pela CONTRATADA de qualquer item necessário ao devido cumprimento do objeto em pauta, em sua proposta de preços, ficará sob sua inteira responsabilidade o cumprimento do compromisso firmado com a CONTRATANTE.
- 2.5 O recebimento dos produtos ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93.

# 3 – DA ENTREGA

3.1 – O local de entrega dar-se-á no Posto de Combustível pertencente à empresa vencedora do certame licitatório.

# 4- DO PAGAMENTO

- 4.1 O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor estimado de R\$ xxxxx.
- 4.2 Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, depois de efetivada a entrega dos materiais, com a competente Nota Fiscal.





# ESTADO DO RIO DE JANEIRO Município de Paty do Alferes

- 4.2.1 Para o cumprimento do acima exposto, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal a cada entrega efetuada.
- 4.3 Quanto a eventual antecipação de pagamento, quando for o caso, dará direito a <u>CONTRATANTE</u> um desconto "pro rata die", de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), incidente sobre o valor a ser pago, fato este que só poderá ocorrer em caso de exceção, devidamente fundamentado, ouvido obrigatoriamente a Consultoria Jurídica do <u>CONTRATANTE</u>.
- 4.4 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da <u>CONTRATANTE</u>, o valor devido será de 0,033%(trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira.
- 4.5 O Pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da <u>CONTRATADA</u> dirigido à Secretaria requisitante.

# 5 – DA HABILITAÇÃO

5.1. – A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como das solicitadas na proposta detalhe.

### 6 – DA GARANTIA

- 6.1 A CONTRATADA se obriga a efetuar as entregas dos produtos em condições ideais para consumo nos padrões adequados higiênicos-sanitários e para o consumo imediato, não sendo tolerado nenhum produto que não esteja de acordo com a solicitação da Secretaria requisitante.
- 6.2 Os produtos que não atenderem às especificações, serão devolvidos à empresa, sendo a empresa CONTRATANTE obrigada a repor os produtos de imediato.

### 7 - DO PRAZO

7.1 – Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, prorrogáveis por períodos permitidos por Lei.

### 8 - DECLARAÇÃO DE NULIDADE DESTE CONTRATO

8.1 – A declaração de nulidade deste contrato, caso necessária, será executada de acordo com o artigo 59 da Lei Federal n.º 8.666/93.

# 9 - DA RESCISÃO DESTE CONTRATO

9.1 — A rescisão deste contrato, caso necessário, será executada de acordo com os artigos 77, 78, 79, 81 e 88 da Lei Federal n. ° 8.666/93, ressalvado o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da mencionada Lei Federal.

# 10 – DAS PENALIDADES

- 10.1 As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com os artigos 80, 86 e 87 da Lei Federal n.  $^{\rm o}$  8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 A **CONTRATADA** ficará ainda sujeita à multa de 20% (vinte por cento) do valor total da licitação, no caso de inexecução, total ou parcial do objeto licitado, de acordo com a Lei Federal n. ° 8.666/93 e suas alterações.
- 10.3 A **CONTRATADA** ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total da licitação, por possível atraso na execução ou falta de algum item relacionado no serviço contratado.
- 10.4 A **CONTRATADA** ficará sujeita à suspensão temporária em participar licitações, por prazo a ser determinado pelo Poder Executivo Municipal, nos casos previstos nas cláusulas 7 e 8, desde que comprovada a culpa ou má fé da mesma.

# 11 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1 O presente contrato e os casos omissos serão regidos à luz da Lei Federal n. ° 8.666/93 e suas alterações, do **Edital de Pregão n.º 004/2019** e seus anexos, sendo que os mesmos são complementares entre si. Qualquer detalhe citado em um daqueles documentos e omitido neste contrato será considerado especificado e válido.
- 11.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições e preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato, na forma estabelecida no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n. º 8.666/93 e suas alterações.
- 11.3 As partes elegem o foro da comarca do Município de Paty do Alferes para dirimirem eventuais dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de acordo com as cláusulas acima, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam seus devidos e jurídicos efeitos legais.

Paty do Alferes, de de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE

CONTRATADA

# **ANEXO IX**



Prefeitura Municipal de Paty do Alferes Secretaria Municipal de Administração



# **TERMO DE REFERÊNCIA**

# 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de combustível para todos os veículos e máquinas da frota da PMPA, do SEGUNDO DISTRITO. Período de 12 meses pelo Sistema de Registro de Preços.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. É imprescindível para o funcionamento dos veículos e máquinas das diversas secretarias:
- 2.2. Registrar preços é uma alternativa devido à necessidade frequente de abastecimento, bem como a dificuldade de se identificar a demanda com exatidão, pois pode haver aquisição de novos veículos, eventos e necessidades de cada secretaria, bem como outras variáveis que fazem com que o Registro de Preços seja a melhor alternativa na aquisição de combustíveis.

# 3. DO QUANTITATIVO

3.1. O quantitativo solicitado corresponde às estimativas aproximadas das Secretarias, conforme constam do processo 8243/2018. Os pedidos de compras posteriores que utilizem saldo do presente Registro de Preços deverão conter as quantidades exatas para utilização e os mesmos deverão obrigatoriamente conter a quantificação dos itens em função do consumo, como prevê o art. 15, §7 da lei 8666/93 e ainda, o Manual de Controle, Gestão e Abastecimento da Frota da PMPA.

# 4. DA ESPECIFICAÇÃO

4.1. Os combustiveis e aditivos deverão atender ao detalhamento da compilação de compra às folhas 13.

# 5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO



- 5.1. O fornecimento do objeto contratado dar-se-á de imediato, desde que nos horários de funcionamento dos postos de Gasolina das empresas vencedoras, que deverá ser no mínimo: segunda a sábado, entre 07:00h e 22:00h e domingos ou feriados, entre 08:00h e 20:00h;
- 5.2. O recebimento do combustível somente será realizado para veículos oficiais (placa branca), pertencentes à PMPA ou cedidos à mesma, conduzido por funcionário devidamente identificado e com requisição de Combustível assinada por Secretário Municipal, Diretor de Transporte, Prefeito, Vice-Prefeito ou algum outro funcionário devidamente autorizado a emitir as requisições.
- 5.3. Os itens que não atenderem ao objeto ou que não tenham a qualidade mínima aceitável serão imediatamente recusados no ato do recebimento.

# 6. DOS LOCAIS DE ENTREGA E DAS SECRETARIAS PARTICIPANTES

- O local de entrega dar-se-á no posto de Gasolina pertencente à empresa vencedora do certame licitatório.
- 6.2. As Secretarias Participantes são: Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Educação, sendo a primeira, responsável pelas demais secretarias do município de Paty do Alferes.

# 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

 Manter a regularidade fiscal ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços;

- 7.2. Comunicar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem qualquer cumprimento ao que rege o presente Termo;
- 7.3. Deverá obrigatoriamente seguir e fiscalizar o que dispõe os itens 5.1 e 5.2, sendo de inteira responsabilidade os custos decorrentes de abastecimentos incorretos ou que não estejam previstos no presente Registro de Preços;
- 7.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;
- Apresentar nota(s) fiscal (is) discriminando o (s) material (is) fornecido (s) e respectivos preços;
- Atender prontamente quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerente ao objeto do Pregão.

# 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- 8.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 8.3. Nomear fiscal de contrato a fim de fiscalizar o correto cumprimento das obrigações da contratada, bem como auxiliar a mesma na resolução de problemas no decorrer da contratação.

# 9. DA GARANTIA

9.1. É de total e integral responsabilidade da Contratada quanto à garantia da qualidade do produto, cumprindo as descrições técnicas do objeto, bem como os termos da legislação vigente.

# 10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os pagamentos referentes a cada pedido serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal.

Paty do Alferes, 08 de janeiro de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - PMPA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES DIVISAO DE LICITACAO E CONTRATOS

DIVISAO DE LICITACAO E CONTRATOS

CNPJ: 31.844.999.0001-17

Pregão Presencial Nº 4/2019 - PR

Processo Adm. (PA): 8243/2018

CNPJ: 31.844.999.0001-17 RUA SEBASTIÃO DE LACERDA C.E.P.: 26950000 - RJ

PATY DO ALFERES, 11 de Fevereiro de

Folha: 1/1

# RELAÇÃO DOS ITENS GANHOS POR FORNECEDOR

		Unid.	Quantidade	Descto(%)	Preço Unitário	(em Reais R\$) Total do Item
AUTO	POSTO BARAO DE CAPIVARI DE PA					
	22245 - COMBUSTIVEL - ETANOL (ÁLCOOL) MARCA: 76 OIL	LITRO	1.700	,00	3,76	6.392,00
2.	22246 - COMBUSTIVEL - GASOLINA COMUM MARCA: 76 OIL	LITRO	21.000	,00	4,99	104.790,00
3.	22247 - COMBUSTIVEL - DIESEL S-10 MARCA: ALESAT	LITRO	45.000	,00	3,81	171.450,00
4.	22248 - COMBUSTIVEL - DIESEL S-500 MARCA: ALESAT	LITRO	35.000	,00	3,76	131.600,00
5 .	22249 - COMBUSTIVEL - ARLA 32 acondicionado em galão de 20 litros. MARCA: IPIRANGA	GALÃO	10	,00	59,90	599,00
				Т	otal do Fornecedor: Total Geral:	414.831,00 414.831,00

COMUNICADO

A Secretária de Administração, Recursos Humanos e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o resultado final do Concurso Público e do Processo Seletivo, homologados através dos Decretos nº 4.536/2016 e nº 4.537/2016, publicados Diário Oficial do Município de nº 2317, de 20/04/2016 e Decreto nº 4.541/2016, publicado no Diário Oficial do Município de nº 2322, de 29/04/2016;

Considerando a Convocação das candidatas realizada através do Edital nº 007/2019 – SMA, publicado no Diário Oficial 2.984, de 01 de fevereiro de 2019:

Considerando o não comparecimento, no prazo fixado, dos candidatos ao cargo de: AUXILIAR DE CRECHE: SILVIA MARIA DA CRUZ CHAGAS, inscrição nº 72797-0 e PROFESSORES A: ADRIANA DA SILVA SOUZA, inscrição: 64693-8, BEATRIZ SOARES ALVES LESSA, inscrição: 69744-3 e PATRICIA MELLO LOPES, inscrição: 72230-8

# COMUNICA QUE:

Torna pública a desclassificação das candidatas acima citadas, em conformidade com o previsto no item 9.4.2 do Edital de Concurso.

Paty do Alferes, 11 de fevereiro de 2019.

PAULA REZENDE FILGUEIRAS Secretária de Administração, Recursos Humanos e Gestão de Pessoas

# **CONTRATO Nº 027/2019**

O Município de Paty do Alferes, torna público que assinou **Contrato nº 027/2019**, celebrado com a empresa **LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA RODRIGUES** tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, conforme solicitação do Secretaria Municipal de Educação, no valor mensal estimado de R\$ 1.666,49 (Hum mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), perfazendo o valor total de R\$ 19.997,94 (Dezenove mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e quatro centavos.), tendo prazo de vigência até 30 de Dezembro de 2019, a partir da data de sua assinatura.

Paty do Alferes, 08 de Fevereiro de 2019.

EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO Prefeito Municipal

# **CONTRATO Nº 026//2019**

O Município de Paty do Alferes, torna público que assinou **Contrato nº 026/2019**, celebrado com a empresa **JULIANE VIEIRA COSTA RODRIGUES** tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, conforme solicitação do Secretaria Municipal de Educação, no valor mensal estimado de R\$ 1.664,23 (Hum mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e tres centavos), perfazendo o valor total de R\$ 19.970,76 (Dezenove mil, novecentos e setenta reais e setenta e seis centavos), tendo prazo de vigência até 30 de Dezembro de 2019, a partir da data de sua assinatura.

Paty do Alferes, 08 de Fevereiro de 2019.

EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO Prefeito Municipal



Processo nº 8242/2018

PREGÃO 008/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET COM INFRAESTRUTURA, PARA ATENDER AOS EVENTOS E AS DEMAIS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

DECISÃO:

- 1. Pelo fracasso do ato licitatório, com base no ato do pregoeiro.
- 2. Dê-se conhecimento aos interessados ao interessados.
- 3. Publique-se.
- 4. Arquive-se.

Paty do Alferes, 06 de fevereiro de 2019

# EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO Prefeito Municipal

DECRETO N.º 5.611 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A Lei nº 2.517 de 17 de dezembro de

### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por remanejamento, no orçamento vigente, na importância de R\$6.000,00 (Seis mil reais).

FONTE = 015 R\$6.000,00 (Royalties)

# SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.24.01.04.121.0002.2213 – Manutenção da Unidade

ELEMENTO DA DESPESA:

3.3.9.0.39.015 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 6.000.00

Art. 2º - O recurso para atender à presente suplementação é oriundo da anulação parcial no seguinte Programa de Trabalho, conforme inciso III, artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17/03/64.

# SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PROGRAMA DE TRABALHO:

20.24.01.04.121.0002.2213 - Manutenção da Unidade

ELEMENTO DA DESPESA:

3.3.9.0.14.015 - Diárias - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.24.01.04.121.0002.2213 - Manutenção da Unidade

ELEMENTO DA DESPESA:

1.000,00 3.3.9.0.30.015 - Material de Consumo

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.24.01.04.121.0005.2253 - Fomento e Gestão de Ações p/ o Desenvolvimento

ELEMENTO DA DESPESA:

R\$ 4.000,00 3.3.9.0.39.015 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Paty do Alferes, 11 de fevereiro de 2019

> EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO Prefeito Municipal

DECRETO N.º 5.612 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI № 2.517 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018.

# DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por remanejamento, no orçamento vigente, na importância de R\$10.000,00 (Dez mil reais).

FONTE = 015 R\$ 10.000,00 (Royalties)

# FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.28.01.23.691.0032.2315 – Fomento do Desenvolvimento Local

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.36.015 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 10.000,00

Art. 2º - O recurso para atender à presente suplementação é oriundo da anulação parcial no seguinte Programa de Trabalho, conforme inciso III, artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17/03/64:

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
PROGRAMA DE TRABALHO:
20.28 01.33 601.0000 5

20.28.01.23.691.0032.2315 - Fomento do Desenvolvimento Local ELEMENTO DA DESPESA:

3.3.90.39.015 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paty do Alferes, 11 de fevereiro de 2019

### EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO Prefeito Municipal

- HOMOLOGO O RESULTADO DO SRP PREGAO PRESENCIAL N.º 003/2019, FORMALIZADO ATRAVES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8244/2018, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DO PRIMEIRO DISTRITO DO MUNICÍPIO **DE PATY DO ALFERES,** PELAS EMPRESAS VENCEDORAS:
- AUTO POSTO PATI LTDA, COM OS ITENS 01, 02 E 05, NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.017.434,84 (UM MILHÃO DEZESSETE MIL QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).
- POSTO TURCÃO LTDA, COM O ITEM 03, NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.201.893,29 (UM MILHÃO DUZENTOS E UM MIL OITOCENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 2.219.328,12 (DOIS MILHÕES DUZENTOS E DEZENOVE MIL TREZENTOS E VINTE E OITO REAIS E DOZE CENTEAVOS).

Paty do Alferes, 11 de fevereiro de 2019.

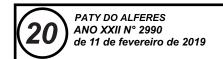
# **EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO** PREFEITO MUNICIPAL

- HOMOLOGO O RESULTADO DO SRP PREGAO PRESENCIAL N.º 004/2019, FORMALIZADO ATRAVES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8243/2018, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DO SEGUNDO DISTRITO DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES,, PELA EMPRESA VENCEDORA:
- AUTO POSTO BARÃO DE CAPIVARI DE PATY DO ALFERES LTDA, COM TODOS OS ÍTENS, NO VALOR TOTAL DE R\$ (QUATROCENTOS 414.831,00 Ε QUATORZE OITOCENTOS E TRINTA E UM REAIS).

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 414.831,00 (QUATROCENTOS E QUATORZE MIL OITOCENTOS E TRINTA E UM REAIS).

Paty do Alferes, 11 de fevereiro de 2019.

**EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO** PREFEITO MUNICIPAL





RESOLUÇÃO CGM - Nº 001/2019, de 15 de Janeiro de 2019

- 1. HOMOLOGO O RESULTADO DO SRP PREGAO PRESENCIAL N.º 016/2019, FORMALIZADO ATRAVES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6015/2018, CUJO OBJETO E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, PELA EMPRESA VENCEDORA:
- J GONÇALVES INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, COM TODOS OS ITENS, NO VALOR TOTAL DE R\$ 308.340,00 (TREZENTOS E OITO MIL TREZENTOS E QUARENTA REAIS).

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 308.340,00 (TREZENTOS E OITO MIL TREZENTOS E QUARENTA REAIS).

Paty do Alferes, 08 de fevereiro de 2018.

# EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO PREFEITO MUNICIPAL

- 1. HOMOLOGO O RESULTADO DO SRP PREGAO PRESENCIAL N.º 153/2018, FORMALIZADO ATRAVES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5561/2018, CUJO OBJETO E A AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE EXTINTORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS, PELA EMPRESA VENCEDORA:
- RESGATE FIRE MATERIAIS DE COMABATE A INCENDIO EIRELI - EPP, COM TODOS OS ITENS, NO VALOR TOTAL DE R\$ 46.475,40 (QUARENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 46.475,40 (QUARENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Paty do Alferes, 08 de fevereiro de 2018.

DÁ ORIENTAÇÃO QUANTO AOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO NO EXERCÍCIO DE 2019.

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 1.035, de 11 de dezembro de 2003, que Institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Município de Paty do Alferes:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a Portaria GP nº 113/2004;

# RESOLVE:

Art. 1º - Instituir em forma de AGENDA, os PRAZOS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO, no exercício de 2019.

Parágrafo Único: A Agenda instituída por esta Resolução tem por finalidade orientar as Secretarias Municipais e seus diversos setores na condução de seus trabalhos, visando o encaminhamento de documentos aos Órgãos de Controle dentro dos prazos previstos na Legislação Vigente.

Art. 2º - Adotando-se o princípio da economicidade e da transparência, a referida AGENDA esta disponível no endereço eletrônico <a href="www.patydoalferes.ri.gov.br">www.patydoalferes.ri.gov.br</a> e para visualizar, acessar: Acesso a Informação – Portal da Transparência – Acessar o Portal da Transparência – Outras Informações - Agenda Prazos para atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paty do Alferes, 15 de janeiro de 2019.

JÚLIO CEZAR DUARTE DE CARVALHO Controlador Geral do Município Matr. 171/01 CRC 55.715-6

# **COMUNICADO**

# **SRP PREGÃO 014/2019**

O Município de Paty do Alferes torna público que fará realizar licitação, modalidade Pregão Presencial.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS.

**Data e Local**: 22 de fevereiro de 2019, às 11:00 horas, na Sede da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, à Rua Sebastião de Lacerda, n.º 35 — Centro, nesta cidade.

Edital disponível na íntegra no site oficial do Município: www.patydoalferes.rj.gov.br.

Informações pelo telefone (24) 2485 – 1234, ramal 2205 e na sala da Divisão de Licitações e Contratos, à Rua Sebastião de Lacerda, 35 - Centro – Paty do Alferes, no h o r á r i o 12 a s 18 h o r a s o u e - m a i l : dilicon@patydoalferes.rj.gov.br.

Paty do Alferes, 11 de fevereiro de 2019.

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO PREFEITO MUNICIPAL